

Revista Diversidades nº32

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E REABILITAÇÃO
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO, GESTÃO DE RECURSOS E INVESTIGAÇÃO

Intervenção Social



No Plural...

pág. 4 - 20



Percurso de Vida

pág. 21



Desporto, Igualdade e Inclusão

pág. 38

- 3** **Editorial**
- 4** **Famílias Especiais:**
Expectativas, Exigências e Desigualdades
- 6** **A Família de Pessoas com Necessidades Especiais e as Redes Sociais**
- 9** **O Desafio de Concretizar Direitos numa Sociedade Globalizada e Desigual**
Compromisso Ético e Científico do Assistente Social
- 12** **Livros Infantis em Formatos Acessíveis:**
As tecnologias ao serviço dos Leitores Especiais
- 14** **Inclusão de Alunos com NEE nas Aulas de Educação Física**
- 16** **Da Qualificação ao Emprego**
- 19** **Bolsas de Emprego: Que contributos para a Empregabilidade das Pessoas com Deficiência?**
- 21** **Percurso de Vida**
- 22** **Legislação**
- 23** **Espaço** 
- 24** **Espaço** Ψ
- 26** **Espaço TIC**
- 27** **Livros**
- 28** **Notícias**

Ficha Técnica

Diretora	Maria José de Jesus Camacho	 
Redação	Serviços da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação e Colaboradores Externos	
Revisão	Núcleo de Informação, Multimédia e Informática Os conteúdos apresentados foram redigidos ao abrigo do novo acordo ortográfico	
Morada	Rua D. João n.º 57 9054-510 Funchal Telefone: 291 705 860 Fax: 291 705 870	
E-mail	revistadiversidades@madeira-edu.pt	
Grafismo e Paginação	Núcleo de Informação, Multimédia e Informática	
ISSN	1646-1819	
Impressão	<i>O Liberal, Empresa de Artes Gráficas, Lda.</i>	
Tiragem	1000 exemplares	
Distribuição	Gratuita	
Fotos	Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação / Graça Gerardo / Operação para o Emprego de Pessoas com Deficiência da Cidade de Lisboa / Projeto <i>Outro Olhar</i> / Universidade da Madeira	



Maria José Camacho
Diretora Regional de Educação
Especial e Reabilitação

O contacto com a heterogeneidade e com a diferença exige uma desconstrução dos modelos preconcebidos e padronizados e uma readaptação à nova realidade. Apenas com uma atitude pautada pela aceitação e acolhimento da mudança é possível ultrapassar, com determinação, medos e inseguranças, (re)construir projetos de vida e tornar-se autor da sua própria narrativa.

Numa realidade dialética, que oscila entre igualdades e desigualdades, direitos e deveres, certezas e incertezas, cada um de nós é corresponsável pela construção de uma “sociedade para todos”.

Impelidos pela necessidade de uma visão integrada que assevere cada um, quer na sua singularidade, quer na sua pluralidade, os diversos sujeitos da ação encontram e assumem o seu papel no nó de uma teia a que denominamos sociedade.

A contemporaneidade apresenta-nos desafios acrescidos no que concerne às desigualdades sociais, fruto de um devir muitas vezes mais rápido do que a própria adaptação. Na senda de um mundo mais justo, um crescimento inteligente e sustentável só é alcançado quando a este é somada a dimensão inclusiva, que contemple a plena participação de todos os cidadãos, numa perspetiva de responsabilidade social.

A interação entre a condição da pessoa com necessidades especiais e os fatores contextuais que a envolvem reforçam a importância de uma Intervenção Social, enquanto estratégia comunitária para o fortalecimento das redes de suporte.

Ao darmos vez e voz às diversas populações, personificamos sonhos, desejos, aspirações e concretizamos inúmeros itinerários pessoais e profissionais, sublinhando a importância de uma vida autónoma e ativa.

Nesta 32.^a edição da *Diversidades*, com o mesmo número de raios de Sol, percorremos e patenteamos, ao sabor do virar das páginas, domínios transversais como a família, a educação, a formação profissional e o emprego, quais desígnios de genuína socialização.

Com um entusiasmo e renovado desempenho, decorrente da recente certificação do Sistema de Gestão da Qualidade desta Direção Regional, estamos certos de que, na peculiaridade do percurso da DREER, se congregam sonhos e dilemas, conquistas e obstáculos na prossecução do trilho da inclusão!

Famílias Especiais: Expectativas, Exigências e Desigualdades

Fernanda Gonçalves - Centro de Apoio Psicopedagógico e Centro de Actividades Ocupacionais da Ponta do Sol e Centro de Apoio Psicopedagógico da Calheta

Joana Nunes - Centro de Apoio Psicopedagógico e Centro de Actividades Ocupacionais de São Vicente

Sónia Freitas - Centro de Apoio Psicopedagógico e Centro de Actividades Ocupacionais da Ribeira Brava

Nas sociedades contemporâneas, somos compelidos a pensar que toda e qualquer estrutura tem de obedecer a determinados critérios, ou seja, a um padrão que é aceite socialmente como regra. O conceito de família, que está em constante evolução, tem vindo a sofrer alterações ao longo do tempo, no que concerne à sua estrutura organizacional. Atualmente, verifica-se a existência de uma multiplicidade de estruturas familiares, resultantes de uma sociedade em mudança, designadamente famílias monoparentais, uniões de facto, entre outros.

A função da família rege-se por dois níveis de objetivos, os internos e os externos, onde se incluem, nomeadamente, a proteção psicossocial dos membros e a acomodação a uma cultura e sua transmissão (Minuchin, 1990).

Ora, o nascimento de uma criança com deficiência implica, por parte da família, uma desconstrução dos modelos de pensamento padronizados e, concomitantemente, uma readaptação à nova realidade. Este quadro pode representar uma situação traumática para o agregado, que se traduz em momentos de mudança, dúvidas, ansiedade e angústia. Por sua vez, a forma como cada família lida e enfrenta este acontecimento constitui um desafio, sendo de salientar que um dos primeiros obstáculos a ser superado é o da alteração do conceito da visão patológica. Face à mudança é, pois, necessária uma readaptação à nova situação familiar.

Segundo Batista e França (2007), as famílias vivenciam várias fases, nomeadamente a de negação, a de adaptação e a de aceitação. É sobretudo na fase de adaptação que os profissionais assumem um papel preponderante, visto que a família manifesta necessidades acrescidas em termos de informação e apoio. Este apoio prestado, vindo do exterior do sistema



familiar, tem uma importância primordial para as experiências vivenciadas pelo agregado familiar no seu conjunto e também por cada um dos seus elementos, sendo, aliás, uma situação comparável com outras vivências face a momentos de crise, quer estes sejam de origem natural, quer acidental.

Na perspetiva de Joaquim Gronita (2008), diversos autores têm focado a sua atenção sobre este tipo de apoio, a que têm designado de “rede de suporte social”. São os casos de Dunst, Trivette (1994) e Flores (1999). O autor refere que este suporte social pode ser entendido como o conjunto de recursos proporcionados a um indivíduo ou grupo, por elementos da comunidade ou por membros da rede social.

Gronita (2008), referindo-se a Flores (1999, cit. por Dunst et al, 1997), faz a distinção entre dois tipos de proporcionadores de suporte social, que se inserem na rede social de uma comunidade: os que pertencem à rede de suporte social formal e os que pertencem à rede de suporte social informal. Nestes últimos incluem-se “os indivíduos (amigos, vizinhos, familiares, etc.) e os grupos sociais (igreja, clubes sociais, grupos de apoio, etc.) que estão geralmente disponíveis para

proporcionar suporte na sua vida diária”. Já nos membros das redes de suporte formal, incluem-se “os técnicos e os serviços (hospitais, departamentos de serviço social, programas de intervenção precoce, etc.) que são formalmente organizados para proporcionar assistência” (p.18).

Por outras palavras, a ocorrência de uma crise acidental, tal como acontece com o nascimento de uma criança com deficiência, poderá dar origem a consequências várias que, por sua vez, poderão ser multidimensionais, alterando desta forma o percurso do ciclo vital da família. E a forma como esta crise é vivida e, eventualmente, ultrapassada por este núcleo familiar, irá certamente depender das características e recursos da família, assim como do meio em que esta se insere e que a envolve.

Por conseguinte, estes dois aspetos - um mais interno, relacionado com a própria família, outro mais externo, relativo ao ambiente onde esta se encontra - deverão constituir o foco de atenção especial por parte dos profissionais com intervenção na situação. Assim, logo no momento do diagnóstico da deficiência, os recursos formais e informais dos pais, bem como toda a atmosfera circundante, têm uma importância vital para o desenvolvimento de competências parentais para lidar com a situação.

Quer na família, quer nos vários contextos sociais (escola, trabalho e comunidade em geral), o princípio da equidade pressupõe o respeito pela diferença, assumindo, assim, a família um papel primordial, constituindo-se como garante desse direito.

Segundo Capucha (2005, pp. 166-167), as “categorias sociais vulneráveis (...) são construídas a partir da existência de atributos comuns a conjuntos de pessoas cuja agregação tende a ser socialmente reconhecível, em relação às quais é possível verificar empiricamente maior probabilidade de viverem situações de pobreza e exclusão social”. Mais acrescenta que a população com deficiências e incapacidades não é socialmente homogénea. As diferenças de origem e de posição social destas pessoas, assim como dos seus familiares, determinam distintos graus e tipos de discriminação e de vulnerabilidade social.

As desigualdades sociais são, então, um problema transversal nas sociedades contemporâneas. Contudo, as pessoas com deficiência ou incapacidade são

mais suscetíveis a desigualdades, nomeadamente no acesso a oportunidades, no exercício de direitos, na participação social e na perceção da sua própria condição. Estas desigualdades tornam-se mais acentuadas no seio de famílias marcadas pela insuficiência de recursos de natureza socioeconómica e cultural, agravando-se quando associada a comportamentos de risco, como a toxicodependência, o alcoolismo, entre outros, que contribuem para a reprodução de situações de vulnerabilidade, discriminação social e, consequentemente, de exclusão social.

Como refere Guerra (2008, p. 6) “(...) a rotulagem das pessoas com deficiência como tendo incapacidades transfere para uma responsabilidade individual o que é, essencialmente, um problema social”. Esta autora defende ainda que a deficiência e as incapacidades estão amiúde associadas a um fraco capital cultural, o que se traduz em baixos níveis de literacia e de escolarização da sociedade portuguesa. A educação apresenta-se, deste modo, como uma das principais formas de inclusão social, independentemente da condição física ou psicológica em que o indivíduo se encontre. E, de novo, parafraseando Guerra (2008, p. 22), “o Conselho Económico e Social (CES) considera que os níveis de escolarização são uma dimensão fundamental na vida social, constituindo um recurso essencial para a inserção social e cultural e com claro impacto no mercado de trabalho (...)”. E já antes enfatizara que “as políticas educativas têm uma elevada importância na inclusão e no combate aos níveis de discriminação no acesso a recursos (...)”.

O paradigma da inclusão assenta, assim, na premissa de que “(...) uma sociedade para todos é uma sociedade em que as pessoas com deficiência (...) se movimentam com: Autonomia, condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce (...); Independência, que respeita à faculdade de decidir sem depender de outras pessoas (...); *Empowerment*, processo pelo qual uma pessoa, ou grupo de pessoas, desenvolve e usa o poder pessoal inerente à sua condição (...) para fazer escolhas e tomar decisões (...); Igualdade de Oportunidades, conjunto de processos através dos quais os diversos sistemas da sociedade e do ambiente (...) são tornados disponíveis para todos (...)” (Neves & Capucha, 2006, pp.



9-11). Esta afirmação é corroborada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, nomeadamente quando, na sua alínea f), reconhece “a importância dos princípios e das orientações políticas constantes do Programa de Acção relativo às Pessoas com Deficiência e das Normas sobre Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência na influência da promoção, formulação e avaliação de políticas, planos, programas e acções a nível nacional, regional e internacional, para continuar a criar igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência”.

Refira-se que uma atuação precoce e concertada no campo da saúde, da família, da formação com apoio específico, da formação profissional, da adaptação de postos de trabalho ou através da criação de estruturas específicas para aqueles que não podem

competir no mercado aberto, com acessibilidades nos transportes, habitações adaptadas, diversos tipos de produtos de apoio, é também essencial para que as pessoas com deficiência possam usufruir de uma vida autónoma e participativa e tenham acesso aos mais diversos bens.

Ressalve-se, por fim, a perspetiva de Reis (2003, p. 28) de que “(...) a inclusão é uma responsabilidade social que ultrapassa o período estrito da educação formal, atribuindo também à sociedade um papel formativo, pela valorização e incorporação de experiências adquiridas e exercidas noutros contextos”. Nesse sentido, cada um de nós é corresponsável pela construção de uma “sociedade para todos”, que privilegie a heterogeneidade, a diferença e que promova, assim, uma melhor justiça social.

Bibliografia

- Batista, S. M., & França, R. M. (2007). Famílias de Pessoas com Deficiência - Desafios e Superação. *Revista de divulgação técnico-científica do ICPG*, 3 (10).
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Lisboa: Celta Editora.
- Guerra, I. (2008). *Pessoas com Deficiência: Mobilidade, Educação e Trabalho*. Lisboa: CES.
- Gronita, J. J. C. (2008). *O anúncio da deficiência da criança e suas implicações familiares e psicológicas*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Coleção Informar. Publicações Reabilitação.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Neves, A., & Capucha, L. (2006). *Estudo de Avaliação da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais na Área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência*. Coleção Cogitum n.º 21. Lisboa: DGEEP - MTSS.
- Reis, M. C. G. (2003). *As pessoas Deficientes/Estudantes no Ensino Superior: O papel dos Gabinetes de Apoio*. Dissertação não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009 - que aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Família de Pessoas com Necessidades Especiais e as Redes Sociais

Sónia Guadalupe - Instituto Superior Miguel Torga e Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Uma família com membros que apresentam necessidades especiais é uma família com necessidades especiais. Se para uma qualquer família é cada vez mais difícil conciliar a vida profissional com a vida familiar, sobretudo com a tarefa de cuidar, para estes núcleos familiares a dificuldade é exponencialmente maior. Quando às exigências associadas ao cuidar acresce a

dependência, aumentam na mesma proporção as necessidades de suporte à família para que esta possa levar a cabo as suas funções internas e, particularmente, manter a sua capacidade de cuidadora.

As necessidades especiais destes agregados familiares são ao nível do suporte nas suas diferentes vertentes e funções genéricas (emocional, material-

-instrumental e informativa), variando ao longo do ciclo vital da família, das idiossincrasias da deficiência e da singular trajetória de cada um. O impacto da deficiência numa família é, assim, muito diverso, embora geralmente se faça sentir na sua organização, estrutura e dinâmica dos processos relacionais, traga dificuldades que se sentem no quotidiano e imponha uma redefinição dos planos e projetos de vida. Há que sublinhar que numa situação de necessidades especiais permanentes, ao longo do ciclo de vida da pessoa, estas vão variando, pois é diferente cuidar de uma criança pequena ou em idade escolar, adolescente, adulto ou idoso, exigindo uma enorme capacidade de reorganização, tarefa cumprida com sucesso quando se verifica um elevado grau de flexibilidade no sistema e capacidade de metacomunicar para uma adaptação às mudanças que se impõem.

Na intervenção com famílias com elementos que apresentam necessidades especiais, quer seja por doença, deficiência ou outra situação que remeta para a necessidade de compensar intensamente um problema que ameaça o bem-estar, é frequente evocarmos a ideia de que a doença ou a deficiência deve ser “colocada no seu lugar”, não permitindo que invada toda a dinâmica da família ou restrinja fortemente as necessidades do sistema ou planos de vida dos indivíduos que o integram.



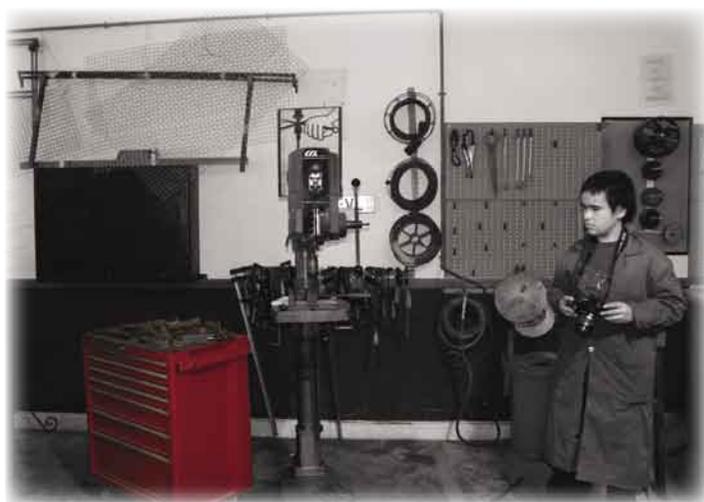
O sistema familiar é visto quase sempre como “núcleo duro” das nossas redes sociais pessoais, constituindo-se como uma das fontes primárias de um suporte mais constante e duradouro. É quase sempre assim que o podemos equacionar no suporte aos seus membros, no entanto, quando um dos elementos da

família nuclear apresenta necessidades especiais de acompanhamento e suporte, temos de equacioná-la no seu duplo papel de apoiante e apoiada, pois quando nos deparamos com uma família nesta situação, é fundamental concentrarmos a nossa atenção em quem a apoia. Podemos aqui evocar uma máxima sobre cuidadores “quem cuida deve cuidar-se”, para melhor cuidar, acrescentando que deve ser cuidado. É fundamental que as pessoas que apresentam necessidades especiais e as que delas cuidam tenham uma rede de suporte ativa e capaz de proporcionar recursos promotores de bem-estar, pois uma situação destas é potencialmente disruptiva.

As redes sociais sofrem movimentos de retração e expansão no cruzamento das dimensões espaço-temporais. As situações de dependência estão geralmente associadas à retração das redes, acompanhando o movimento centrípeto, de fechamento sobre si própria, que a própria família pode apresentar. O isolamento é um risco que se enfrenta, associado ao sentimento de “normalidade perdida”. A disponibilidade para o lazer e o contacto com os amigos diminui e a opção por cuidar a tempo inteiro (opção frequente e marcada pelo género) pode cortar a interação quotidiana com um dos nossos campos relacionais, o das relações de trabalho ou estudo, levando à desativação ou a dificuldades na ativação dos contactos e trazendo inércia às relações interpessoais. Todas estas situações se potenciam caso a família lide com dificuldades económicas, a par de outras, geralmente agravadas pelas necessidades acrescidas a que tem de responder. A rede restringe-se no seu tamanho, amplitude e diversidade relacional. A família alargada e as relações de vizinhança, quando existem, mantêm o seu potencial de suporte emocional e instrumental, insubstituíveis em situação de crise e no alívio das exigências do dia a dia. É por isso de assinalar que as redes de famílias com membros com necessidades especiais apresentam, geralmente, uma pequena dimensão e são compostas, maioritariamente, por relações familiares, evidências estas que têm sido recorrentemente constatadas em trabalhos orientados no âmbito da Licenciatura e Mestrado em Serviço Social com diferentes amostras.

Sabemos ainda que lidar com situações de dependência reduz a possibilidade de haver reciprocidade nas relações na rede social, podendo a sobrecarga

dos cuidados exigidos levar a um esgotamento dos membros da rede social, enquanto fontes de suporte. Para além destes aspetos há que ter atenção para que a existência de uma rede não seja tida como sinónimo de suporte social efetivo. Uma rede protetora é geralmente percebida como suficientemente ampla (no tamanho), diversa (nos campos que apresenta e heterogénea), de densidade média, com uma maioria de relações recíprocas e que oferece reforço e um adequado sistema de suporte social. Os profissionais que acompanham estas famílias têm por isso que estar atentos a estas características, fazer o seu diagnóstico social e traçar estratégias para a sua ativação e reforço.



Os recursos de suporte informal podem ser ainda manifestamente insuficientes, estando a rede afetada na sua capacidade de mobilizar recursos, reforçando paradoxalmente a vulnerabilidade, apesar da capacidade de ajuda. Quando existe a possibilidade de recorrer ao apoio instrumental da família extensa e dos amigos, nomeadamente para compensar a necessidade de ausência dos cuidadores principais, tal deve ser solicitado, ocasionalmente, para tarefas muito concretas, também por forma a evitar o esgotamento da disponibilidade deste recurso fundamental.

Para que a rede primária possa constituir-se e manter-se como suporte, é essencial que tenha uma outra rede que a apoie. Esta rede de suporte é geralmente constituída pelas instituições, ou redes secundárias, que cuidam quotidianamente da criança, jovem ou adulto com necessidades especiais. O local onde as suas necessidades são aceites, compreendidas e respondidas e as suas capacidades estimuladas.

A diversificação das respostas sociais parece ser uma aposta fundamental, pois as necessidades da pessoa com deficiência, ao longo do seu ciclo vital, e das suas famílias são heterogéneas. As necessidades são muitas e as instituições podem constituir-se como alicerces que permitam a construção de planos de vida, mas algo que nos preocupa passa por acautelar a família para que tenha tempo para “respirar” e confie na possibilidade de assegurar a proteção da pessoa com necessidades sociais no presente e no futuro. Aliás, uma das principais preocupações que as famílias manifestam é a (falta de) garantia do suporte da pessoa com deficiência quando estas não a puderem cuidar, depositando a expectativa de proteção futura nestas redes secundárias. Se frequentemente se verifica um desenlace nos vínculos primários, o contacto e envolvimento nas redes secundárias é uma ocasião para estabelecer e fortalecer novos vínculos, sendo que as mesmas vicissitudes que potenciam um ciclo de retração na rede podem, simultaneamente, acrescentá-la noutros campos relacionais.

Outra das dimensões a ter em conta na intervenção com estas famílias é o fortalecimento da sua cidadania, da sua participação social, nomeadamente através do envolvimento nas instituições, em associações e organizações que promovam a partilha dos problemas, ações de autoajuda e ajuda mútua, ações antidiscriminatórias, de divulgação de informação para redução do estigma associado às necessidades especiais e que assumam um caráter mobilizador capaz de apresentação de propostas relativamente a políticas públicas.

As famílias que vivem uma situação especial são especiais e podem fazer coisas especiais. No entanto, a certeza de um suporte efetivo é crucial, tendo os profissionais, as instituições e a sociedade um papel decisivo. Os fios que tecem a rede de uma família com necessidades especiais poderão ser poucos, mas têm que ser muito fortes e permanentemente entrelaçados e reforçados para que não quebrem na sua função de suporte.

Nota

1 - As fotografias apresentadas referem-se ao projeto *Um Outro Olhar*, desenvolvido pelas instituições particulares de solidariedade social: Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças com Deficiência Mental (APPACDM) de Anadia, Centro de Educação Integrada da Bela Vista, APPACDM de Coimbra, APPACDM de Soure, Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo, CERCI Penela e CERCI Pombal, em parceria com o Instituto Superior Miguel Torga.

O Desafio de Concretizar Direitos numa Sociedade Globalizada e Desigual

Compromisso Ético e Científico do Assistente Social

Brisa Jara - *Universidade Católica Portuguesa*

Dorita Anjo - *Universidade da Madeira*

Lina Pereira - *Instituto Superior Miguel Torga*

O assistente social emerge como profissional nos grandes centros industriais, no século XIX, para enfrentar as vulnerabilidades da questão social, através de políticas sociais, pelo processo reformador do Estado, dando sequência a formas filantrópicas e assistenciais precursoras. Passa então a ocupar um lugar na divisão sociotécnica do trabalho, no compromisso com o bem-estar social, na resposta às necessidades sociais¹. Consequentemente, trabalha na regulação social, ou seja, faz a mediação entre a inclusão e a exclusão, entre a pobreza/privação e o acesso aos direitos sociais, aspiração das sociedades democráticas, através de políticas sociais e na execução das mesmas, na forma de respostas sociais². Assume, assim, um projeto profissional assente no compromisso público com a justiça social, a equidade e a mudança social. Significa, portanto, que através da igualdade de oportunidades, os assistentes sociais evidenciam-se, primordialmente, na advocacia pelos direitos humanos e sociais, como ferramentas ético-políticas do seu exercício profissional, para satisfação das necessidades sociais básicas das populações com problemas sociais³.

Nas especificidades das dificuldades vividas pelas pessoas com necessidades especiais, ou com deficiência, podemos referenciar que, por incorporarem “categorias sociais vulneráveis”, lhes acresce um handicap impeditivo de participação social e profissional (Capucha, 2005)⁴. Consciente deste contexto, o assistente social, incorporado do compromisso e estatuto público profissional, apoiou iniciativas que procuraram contribuir para a implementação da democracia na sociedade portuguesa, através da educação especial, trabalhando, com particular militância, dentro do movimento CERCI (Cooperativa de Educação e Reabili-

tação de Cidadãos Inadaptados). Também na Região Autónoma da Madeira, a par das políticas e respostas públicas, cresce o envolvimento da sociedade civil com o despontar de iniciativas, em forma de Instituições Particulares de Solidariedade Social, para reforçar e complementar o esforço público.

O próprio curso de Serviço Social na Universidade da Madeira (UMa) tem sido sensível à área e aos seus desafios, aliando-se a parcerias locais que se dedicam à solidariedade social, trazendo para dentro da formação os desafios da inclusão dessa singular população, nas mais diversas respostas e atividades, desde o ensaio em pré-profissionalização, ao exercício desta, dando contributos para a sua legítima certificação, no campo da regulação de atividades profissionais, alicerçado naquilo que subjaz a modelos de intervenção capacitadores, de empoderamento e de advocacia social. Assim, em estágio curricular, os estudantes de Serviço Social da UMa começam a treinar, ainda na sua formação, conhecendo e vivenciando a vida social com os que detêm o verdadeiro conhecimento da problemática e necessidades sociais, os sujeitos da sua



ação. Com eles e a seu lado, observam, interagem e aprendem a dialogar, conhecendo a sua narrativa, os seus significados, os seus receios, as suas desilusões, os seus sonhos. É pela metodologia da investigação-ação e pelo planeamento participativo que se constrói o projeto de estágio, através de um conjunto de ações na intervenção social⁵. Significa que a autonomia, ou emancipação social, trabalha a individualidade do sujeito, com abertura e neste mesmo processo, a subjetividade participativa, a identidade, a seleção das necessidades, as redes e a sua representação, para atingir um padrão societário de civilidade, que constitui a base do padrão universal de mínimos de cobertura de riscos, alargando essa ação ao coletivo do contexto local (Nunes, 2004; Sposati, 1992). A formação alicerça-se naquilo que são as recomendações internacionais da Federação Internacional de Serviço Social e da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social, através da investigação, do paradigma da ética e da justiça social, ou seja, o conceito de inclusão liga-se necessariamente ao conceito de direitos, assente no princípio de dar voz e ser ouvido (Lister, 1997). Porque estar excluído é estar discriminado, ser apartado, não fazer parte da inclusão (Nunes, 2004). Requer interdisciplinaridade, tempo, operacionalidade no espaço e monitorização avaliativa por quem tem formação devidamente qualificada, e hoje de nível pós-graduado, de preferência. Nem todos os que dizem fazer intervenção social estão preparados para incorporar e gerir esse projeto ou compromisso profissional. Aliás, a intervenção social é disputada, hoje, por vários outros agentes⁶.

Feita esta introdução é, então, vez de dar voz a ex-estudantes do curso de Serviço Social da UMA, que experienciaram o desafio de estagiar curricularmente com a população com necessidades especiais. Assim, foram lançadas algumas questões a duas ex-estagiárias, e autoras deste artigo, sobre a problemática da deficiência, através das suas experiências de estágio.

i) *Qual a vivência da exclusão e medos manifestados pela população?*

Verifica-se que as vivências de exclusão social manifestam-se em diferentes questões da vida quotidiana, sendo elas cumulativas com os sentimentos de fracasso e de isolamento social, muitas vezes influenciando



do a autopercepção da sua identidade, condicionando a sua autodeterminação e iniciativa face ao medo de novas experiências negativas. Essas vivências de exclusão não lhes permitem desenvolver a autoestima e a capacidade relacional de criar redes de apoio e suporte e de se sentirem inseridos. Um dos sujeitos com quem intervimos dava como resposta automática “não consigo, não sei” a tudo o que dizíamos, muito embora soubesse e depois, com algum estímulo, efetuasse as atividades propostas, manifestando-se muito feliz.

ii) *A autonomia dessa população constitui-se como um sonho possível?*

A autonomia é, sim, um sonho possível, mas ainda é preciso muito para conquistá-lo. É preciso ter em consideração que a deficiência, por si só, acarreta limitações físicas e cognitivas. Pensarmos em autonomia requer pensar em alguns pré-requisitos para a sua efetivação. Portanto, se formos avaliar, estas condicionantes são obstáculos fisiológicos reais que se constituem como entraves à concretização da autonomia. Todavia, a questão central, ou seja, o que mais limita a sua autonomia, está muito mais na falta de reconhecimento social e no estigma. O facto das pessoas se concentrarem nas limitações desta população, e não naquilo que pode fazer, impede que as suas potencialidades possam ser exponenciais para a construção da sua identidade e autonomia, reforçando as situações de exclusão social. Conforme as palavras de um dos profissionais entrevistados no âmbito do estágio, em meio rural: “é comum que (...) olhem para as pessoas com deficiência de lado (...), são pessoas que (...) têm mais dificuldades ou limitações (...) logo, é comum en-

contrarmos estas pessoas em casa (...), muitas delas nunca foram à escola (...).”

iii) *Quais as ferramentas/estratégias do Serviço Social que podem ser potenciadas para combater os desafios atuais?*

Aqui sugere-se a intervenção comunitária. Destaca-se este modelo de intervenção como estratégia para um trabalho de fortalecimento do território contra os crescentes efeitos negativos da globalização, que impelem à competitividade numa lógica concorrencial, de cunho economicista/utilitarista e desigual. Pela intervenção comunitária é possível criar sinergias entre os poderes locais, envolvendo parcerias e redes, para a promoção da capacitação e autodeterminação dos sujeitos, designadamente na questão do combate às barreiras arquitetónicas, no incentivo ao emprego, autoemprego, inclusão escolar e mesmo a nível cultural, como é o caso da Associação dos Amigos da Arte Inclusiva - *Dançando com a Diferença*, que tem atingido alcance internacional, mas mais ainda, contribui para a mudança da imagem social das pessoas com deficiência, gerando inclusão, criando e fortalecendo redes de suporte, propiciando a participação e concretizando direitos.

iv) *Quais os contributos dados à equipa, população e instituição, pelo estágio curricular do curso de Serviço Social?*

Nas populações com as quais intervimos, verificou-se que o exercício de cidadania das pessoas com deficiência é pequeno ou inexistente, ou seja, estas pessoas acabam por ser colocadas à margem dos processos de decisão. Esta é uma situação que conduz à sua exclusão social. Desta forma, um trabalho desenvolvido visando a inclusão social⁷ foi deveras fundamental, tendo como estratégias principais a capacitação, o *empowerment*, a participação e a advocacia social. Para além do trabalho desenvolvido diretamente com os indivíduos e suas famílias, um dos contributos centrais foi de âmbito propositivo, para estruturação de propostas de políticas para formação ao longo da vida, em diferentes áreas de atividade, fazendo valer os seus direitos e capacidades.

Notas

1 - O Serviço Social afirma-se ao lado de outras áreas que se desenvolvem na época, tais como a sociologia e a antropologia, por exemplo, sendo que se distingue destas pelo seu compromisso com a intervenção social junto do sujeito, graças a diversas pioneiras, tais como Mary Richmond, Jane Addams, esta a primeira mulher Prémio Nobel, em 1931, ou Alice Salomon, que deram o primeiro passo na profissionalização do assistente social, nos finais do século XIX, na ausência de trabalho profissional e técnico no âmbito das necessidades sociais e no bem-estar social. Com efeito, o Serviço Social emerge e institucionaliza-se na ausência de outras áreas na intervenção social.

2 - As tendências na área social revelam a coexistência de um progressivo alargamento do campo da provisão social, como garantia do direito de cidadania, com reconceção do papel provedor do Estado e revalorização de iniciativas privadas (Rodrigues, 1999). Hoje a crise volta a reduzir a provisão social e converte direitos em benefícios, subtraindo a cidadania.

3 - Na sociedade portuguesa, pese embora a presença da autoajuda, característica de uma forte sociedade providência, com solidariedades primárias, prevalece ainda o excesso de autoritarismo e burocracia, que oscila entre a rigidez/distância e a flexibilidade/intimidade, conforme esteja perante o cidadão anónimo, ou, pelo contrário, um cidadão conhecido e de boas referências.

4 - Podemos afirmar que um indivíduo participa na vida social em proporção ao acesso aos direitos sociais, para a satisfação das suas necessidades básicas e, sobretudo, em resultado da sua capacitação em fazer algo sobre o que afeta a sua vida individual, familiar e coletiva. Este processo é tanto mais lento, quanto mais multifatoriais se revelarem as suas dificuldades e mais longamente afetada estiver a sua trajetória social.

5 - Este projeto, que complementa, reforça, ou inova a atividade da equipa, é construído com base na análise das necessidades, potencialidades, ameaças e recursos, a partir das prioridades de intervenção da instituição e no respeito pela sua missão, alicerçado no indivíduo, grupo e comunidade, inspirado num triplo movimento, alimentado e retroalimentado pela ação-conhecimento-ação (Baptista, 2001).

6 - Na ausência de regulação social em Portugal, assiste-se hoje a uma forte disputa na intervenção social, por licenciados das mais diversas áreas e nos mais diversos setores, sem formação e treino de competências específicas, que veem na intervenção social um campo apetecível. Esta tendência é tanto mais acentuada, quanto mais prevalecte a existência de programas e projetos, que no auge dos seus recursos financeiros foi, e são interpretados e caracterizados, por forte gerencialismo, dirigidos, cada vez mais, a partir de gabinetes, distantes da população a que se destinam. O gerencialismo domina hoje, e de forma intensiva, programas sociais, exercendo um forte controlo, através de processos racionais de gestão (Payne, 2009, p. 143).

7 - “(...) A política de inserção está principalmente fundada na discriminação positiva seleccionando quem está sob determinados processos ou situações pessoais de vulnerabilidade, desqualificação, desafiliação. A política de inclusão social (...) tem um novo e outro sentido, pois supõe a identidade e o reconhecimento da cidadania. É mais que inserção social pela perspectiva colectiva de análise da relação inclusão/exclusão social (...)” (Nunes, 2004, p. 77).

Bibliografia

- Rodrigues, F. (1999). *Assistência Social e políticas sociais em Portugal*. Lisboa: ISSSL. CPIHTS.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta.
- Sposati, A. (1992). *Serviço Social em Tempos de Democracia*. *Serviço Social & Sociedade*, 39. S. Paulo: Cortez.
- Baptista, M. V. (2001). *A Investigação em Serviço Social*. S. Paulo: Veras e CPIHTS.
- Lister, R. (1997). *Citizenship Towards a Feminist Synthesis*. *Feminist Review*, 57, 28-48.
- Nunes, H. (2004). *Serviço Social e regulação social: agência do assistente social*. Porto: Estratégias Criativas.
- Payne, M. (2009). *Management and managerialism*. In Roberts A., Lena D. & Malcolm P. *Practising Social Work in a Complex World*. New York: Palgrave Macmillan.
- Friedman, J. (1996). *Empowerment*. Oeiras: Celta.

Livros Infantis em Formatos Acessíveis: As tecnologias ao serviço dos Leitores Especiais

Francisco Fernandes - *Secretaria Regional de Educação e Cultura*
Graça Faria - *Divisão de Acessibilidade e Adaptação das Tecnologias de Informação e Comunicação*

Hodiernamente, os recursos tecnológicos disponíveis permitem a criação e a produção de conteúdos em formatos acessíveis de forma rápida e criativa.

A produção ou adaptação de versões com diferentes formatos de um livro infantil facilita a promoção da leitura junto das crianças com necessidades especiais, assim como é um meio de divulgação das suas necessidades para aceder à literacia e das suas competências de aprendizagem.

Se um livro inclui um CD áudio torna-se acessível às crianças cegas, com baixa visão, disléxicas ou com dificuldades motoras; se inclui um DVD multimédia pode tornar-se acessível a crianças com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais, crianças com deficiência auditiva, assim como às crianças supracitadas.

A interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP) permite às crianças surdas o acesso à leitura em igualdade de oportunidades com as crianças ouvintes, visto que a LGP é a primeira língua para a maioria das crianças surdas.

A transcrição com recurso à grafia Braille e aos relevos ou a ampliação com tratamento de imagem e texto permitem, respetivamente, às crianças cegas e com baixa visão, o acesso à leitura de forma autónoma em qualquer contexto.

A legendagem com recurso a símbolos pictográficos para a comunicação (SPC) pode ser uma alternativa à Língua Portuguesa escrita para crianças com perturbações do espectro do autismo, crianças com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais com problemas na leitura ou crianças que ainda não sabem ler.

Um livro que - na versão escrita e na versão multimédia - reúna os formatos acessíveis às crianças com deficiência auditiva, visual, motora, dificuldades intelectuais, desenvolvimentais ou dificuldades de aprendizagem, pode ser designado de livro inclusivo.

No entanto, entre vários aspetos técnicos indispensáveis à elaboração de um livro inclusivo, pode-



mos salientar, pela sua importância: o tamanho e tipo de letra, assim como o espaçamento e as margens; a seleção de imagens ou desenhos (cores, contrastes, formas, espessura da linha...); o tipo de narração; a seleção do texto para as legendas em Língua Portuguesa; o tipo de interpretação em LGP...

Ressalvamos ainda a facilidade de criação de atividades interativas permitida pelos recursos tecnológicos disponíveis. Estas atividades são fundamentais para consolidar as aprendizagens das crianças com necessidades especiais, de uma forma lúdica e adequada às suas competências.

O Plano Nacional de Leitura inclui alguns livros disponíveis em formatos acessíveis, quer através da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, quer de editoras como a Cercica (coleção 4 Leituras). Uma editora que já editou livros com versões em SPC é a Kalandraka (coleção makakinhos)... Já existem livrarias com livros com versões em formatos acessíveis disponíveis, como por exemplo, a livraria "Os Cabeçudos". A biblioteca sonora da Câmara Municipal do Porto disponibiliza a versão áudio dos livros solicitados para crianças cegas ou com baixa visão.

Nas livrarias, após a versão escrita, a versão em formato áudio, os audiolivros, é a mais frequente, no entanto, para as crianças, este formato deverá ser ela-

borado a partir do sistema *Daisy*. O sistema *Daisy - Digital Accessible Information System* - ou sistema digital de informação acessível, reúne várias aplicações que, além de possibilitar a sincronização da versão escrita e da versão áudio, permitem a criação de livros interativos, que podem ser sublinhados e acedidos apenas a partir do teclado e cujo fundo, contraste e o tamanho da letra podem ser alterados, entre muitas outras funcionalidades.

Em diversos sítios na internet é possível encontrar livros em formato digital, no entanto, a navegabilidade na internet é limitada para as crianças com necessidades especiais, atendendo a que a maioria dos sítios não possui os requisitos de acessibilidade que permitam uma utilização independente (sintetizador de voz, acesso por teclado, possibilidade de modificar o tamanho, o contraste e o fundo, interpretação em LGP, as instruções são inexistentes ou de difícil acesso, a par da grande diversidade dos elementos de navegabilidade existentes em cada sítio...).

Na Região Autónoma da Madeira podemos encontrar literatura infantojuvenil, em formatos acessíveis na Biblioteca Pública Regional e na Biblioteca Especializada em Necessidades Especiais da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação (DREER).

A Biblioteca Pública Regional disponibiliza on-line e nas salas de leitura o catálogo de obras em Braille e áudio. Nas salas de leitura infantojuvenil, especial e de acesso geral estão disponíveis equipamentos eletrónicos ou informáticos que facilitam o acesso à leitura de utilizadores cegos, com baixa visão ou com dificuldades na leitura. Os equipamentos informáticos e eletrónicos existentes na sala de leitura especial permitem a impressão em formato Braille e a produção de relevos. A Biblioteca Especializada em Necessidades Especiais disponibiliza on-line e em formato digital o catálogo de obras em Braille e áudio.

De acordo com as necessidades dos alunos, dos serviços educativos de museus e de outras entidades podem ser produzidas versões em formatos acessíveis na Divisão de Acessibilidade e Adaptação das Tecnologias de Informação e Comunicação (DAATIC), de acordo com o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A DAATIC produz conteúdos de apoio ao currículo em formatos acessíveis para alunos e outras pessoas com necessidades especiais, assim como a

outros serviços educativos da administração pública regional (museus, escolas profissionais, escolas secundárias...). O seu centro de recursos e avaliação disponibiliza aos alunos tecnologias de apoio à leitura, entre outras, facilitadoras da sua autonomia escolar e social. A divulgação junto das escolas é realizada através de uma exposição e de apresentações multimédia, de forma a sensibilizar os alunos e a restante comunidade para a importância dos livros acessíveis e dos equipamentos eletrónicos e informáticos e outros materiais que facilitam a leitura aos alunos com necessidades especiais. A formação a docentes e técnicos da DREER sobre tecnologias de apoio e construção de conteúdos em formatos acessíveis aos seus alunos com necessidades especiais é uma das atividades da equipa da DAATIC.

Os livros e outros conteúdos adaptados às necessidades dos alunos podem ser disponibilizados: impressos em Braille e/ou relevo com tratamento de texto nos programas *Winbraille* ou *Tiger*; datilografados em papel Braille ou papel vegetal, com inclusão de relevos *zyfuse*; ampliados em formato A4 com tratamento de texto e imagem; em ficheiro com a interpretação em LGP; em formato áudio (voz gravada ou sintetizada); em ficheiro digital com recurso a diferentes tipos de software (*Microsoft PowerPoint*, *Aprender a Ver*, *Boardmaker*, *Microsoft Word*, *GRID II*, *Intellipics Studio*; *Escrita com símbolos*, *InVento...*), de acordo com as necessidades em termos de acessibilidade do aluno; tabelas de comunicação, atividades didáticas e/ou lúdicas em formato digital, grelhas para teclados de conceitos, de modo a facilitar o desenvolvimento e a aprendizagem de cada aluno.

Para finalizar, salientamos a história do *Gato Amarelo*, criada pela DAATIC, e que integra o DVD multimédia *O Gato*, editado pela Direcção Regional de Educação, dirigido aos alunos da educação pré-escolar. Pretende ser um exemplo de uma história inclusiva multimédia adaptada a todas as crianças. As crianças sem dificuldades, surdas, cegas, com baixa visão ou com dificuldades na leitura têm acesso à história numa versão que reúne três formatos: escrita, áudio e LGP.

Nota

Este artigo é a 3.ª parte da comunicação "Os Novos Caminhos do Conto Infantil - A Experiência da Região Autónoma da Madeira", apresentada no I Congresso de Literatura Infanto-Juvenil e Novas Tecnologias.

Inclusão de Alunos com NEE nas Aulas de Educação Física

Hélder Rodrigues & João Medeiros - Núcleo de Estágio de Educação Física da Universidade da Madeira na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos dos Louros

Miquelina Ornelas, Ricardo Rodrigues, Sónia Barreto & Teresa Cova - Núcleo de Estágio de Educação Física da Universidade da Madeira na Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva



A tendência atual é encontrar escolas abertas a toda a sociedade, estando a educação estabelecida de modo a acolher todos sem distinção.

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) é um tópico pertinente, pois cada vez mais encontramos alunos com estas especificidades no ensino regular e os docentes carecem de linhas orientadoras para que a integração destes estudantes seja efetiva no ambiente escolar, em todas as disciplinas e, em especial, nas aulas de Educação Física.

Este tema vai ao encontro de uma realidade cada vez mais frequente nas nossas escolas, havendo uma grande necessidade dos docentes analisarem, compreenderem e vivenciarem experiências nesta área que lhes permita uma melhor intervenção nas suas aulas.

Segundo Correia (1997), a inclusão dos alunos no ensino regular, deve ser, tanto quanto possível, adequada às características e necessidades dos mesmos. Por sua vez, a escola inclusiva requer um ensino mais individualizado e personalizado, de modo a dar igual oportunidade de sucesso aos alunos, independentemente das suas diferenças. No entanto, este sucesso é difícil de alcançar pois exige maior empenho e dedicação de todos os seus intervenientes.

O ideal da escola inclusiva deve refletir a comunidade como um todo, não selecionar, não excluir, não rejeitar, eliminar as barreiras de modo a ser acessível a todos (em termos físicos e educativos), possibilitar o trabalho em conjunto e praticar a democracia e a equidade (Thomas, Walker, & Webb, 1998, cit. por Sanches & Teodoro, 2006).

	Estudantes com Deficiência	Estudantes sem Deficiência
Vantagens	(a) Aprendem a gostar da diversidade; (b) Adquirem experiência direta com a variedade das capacidades humanas; (c) Demonstram crescente responsabilidade e melhor aprendizagem através do trabalho em grupo, com outros alunos com deficiência ou não; (d) Ficam melhor preparados para a vida adulta numa sociedade diversificada, pois entendem que são diferentes, mas não inferiores.	(a) Têm acesso a uma gama bem mais ampla de papéis sociais; (b) Perdem o medo e o preconceito em relação ao diferente, desenvolvem a cooperação e a tolerância; (c) Adquirem grande senso de responsabilidade e melhoram o rendimento escolar; (d) São melhor preparados para a vida adulta porque desde cedo assimilam que as pessoas, as famílias e os espaços sociais não são homogêneos e que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano.

Quadro 1 - Vantagens da inclusão de alunos com NEE no ensino regular, segundo a Organização das Nações Unidas (cit. por Krug, 2002).

De acordo com Oliveira (2002) o que se verifica no contexto da inclusão dos alunos com NEE é alguma incerteza na abordagem dos docentes que com eles trabalham, verificando-se um déficit na articulação entre a família e a escola, ou mesmo a resistência desta à inclusão, visto que as escolas ainda apresentam grandes entraves no que concerne à discussão da perspectiva inclusiva com a restante comunidade, criando assim barreiras neste sentido.

Esta inclusão é, no entanto, defendida no âmbito educativo, visto que a mesma é considerada como um processo que colabora para que uma nova sociedade seja construída, através de alterações no espaço físico (infraestruturas, equipamentos, materiais e meios de transporte) e na mentalidade das pessoas com e sem NEE (Caputo & Ferreira, 1998, cit. por Krug, 2002).

Segundo Oliveira (2002), deve haver uma potencialização das capacidades dos alunos com NEE, por parte dos docentes que com eles trabalham, o que passa pela sua inclusão nas aulas de Educação Física, evitando assim uma possível exclusão, fruto da vontade de preservar a sua integridade física.

Borges (2006) realizou um estudo durante cinco anos, com pessoas que apresentavam NEE, onde aferiu claramente que o desenvolvimento integral do aluno beneficiou com a prática regular e orientada de atividade física, com reflexos na melhoria do seu estado profissional, de saúde e qualidade de vida, bem como no conhecimento do próprio indivíduo.

Os benefícios associados à atividade física são comuns à população em geral, sendo mais evidentes nas populações especiais, nomeadamente através da redução dos riscos de doença, melhoria dos níveis de desenvolvimento físico e cognitivo, aumento da aptidão física, melhoria do desempenho das atividades diárias, redução da fadiga, facilidade na readaptação e integração, definição da personalidade, melhoria dos níveis de independência, canalização dos instintos e superação das dificuldades de relação (Miller, 1995; Nunes, 1999, cit. por Leite, 2005; Sanchez & Vicente, 1988).

Nos últimos anos verificamos que as escolas têm melhorado significativamente as suas condições físicas e humanas, essencialmente através da minimização das barreiras arquitetónicas e contratação de pessoal docente especializado, de modo a potencializar o



ensino inclusivo.

Apesar do cenário apresentado anteriormente, verificamos que existe um longo caminho a percorrer para alcançar o sucesso da escola inclusiva, sendo importante referir algumas diretrizes que consideramos fundamentais para atingir esta meta. Neste âmbito, a formação específica aos docentes, a minimização dos obstáculos físicos, a mudança de mentalidades, a racionalização do número de alunos por turma, a adequação de currículos, de estratégias de ensino, de materiais e do sistema de avaliação constituem-se como pilares fundamentais para a inclusão dos alunos com NEE no ensino regular.

É de salientar que todo o processo só poderá atingir o sucesso se existir uma convergência de esforços entre todos os agentes envolvidos, especificamente a escola, a família, o Estado e a sociedade em geral.

Bibliografia

- Borges, F. (2006). Educação Física adaptada: o aprendizado, a vivência, e a formação do conhecimento: uma construção académica. *Revista Digital*, 11, 103.
- Correia, L. M. (1997). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Krug, H. (2002). A Inclusão de pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais na Educação Física Escolar. *Cadernos - Revista do Centro de Educação*, 19.
- Leite, J. M. (2005). *A atividade física e o desenvolvimento psicomotor de um indivíduo com Síndrome de Down em regime inclusivo*. Estudo de caso de uma aluna com Síndrome de Down incluída na escola regular. Monografia não publicada. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física.
- Oliveira, F. (2002). Dialogando sobre educação, educação física e inclusão social. *Revista Digital*, 8, 51.
- Sanches I., & Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspetivas e conceitos. *Revista Lusófona de Educação*, 8, 63-83.

Da Qualificação ao Emprego

Paulo Silva, Sérgio Teixeira & Susana Jardim - *Serviço Técnico de Integração e Formação Profissional e Emprego Protegido de Deficientes*

Na sua qualidade de cidadãos, as pessoas com deficiências e/ou incapacidades têm direito à dignidade, à igualdade de tratamento, a viver de forma independente e a participar plenamente na sociedade. Hoje, perante o atual cenário de incerteza e de imprevisibilidade que o futuro lança no presente, em que as relações entre a qualificação e o emprego são cada vez mais precárias e incertas, a intervenção na orientação profissional deve ser perspectivada como um processo de transformação da relação que cada indivíduo estabelece com o meio envolvente. Os indivíduos veem-se confrontados, ao longo da sua vida ativa, com problemas complexos relacionados com o ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Face a este aumento de dúvida em torno dos itinerários profissionais, a orientação escolar e profissional deve ser encarada como apoio sistemático à construção de projetos de vida, de modo a que seja dada a todos, jovens e adultos, a oportunidade de em qualquer altura das suas trajetórias, educativa ou profissional, explorarem e (re)direcionarem a sua relação de investimento com o mundo.

A expressão “bem de todos” indica que os direitos e deveres da sociedade pressupõem que todos são iguais perante a lei. No entanto, as pessoas com deficiências e/ou incapacidades são diferentes, o que as torna especiais. Desta forma, é importante que existam direitos específicos para estes cidadãos, direitos que compensem, na medida do possível, as limitações e/ou impossibilidades a que estão sujeitos.

Neste sentido, a educação desempenha uma dupla função: uma função sociológica, que pressupõe uma mudança no estatuto do indivíduo e no seu papel pessoal e uma função psicológica, associada ao desenvolvimento das competências pessoais e da identidade pessoal.

É objetivo do Serviço Técnico de Integração e Formação Profissional e Emprego Protegido de Deficientes, da Direcção Regional de Educação Especial e Reabi-



litação, dotar os seus clientes de um perfil qualificante que promova ou potencie a integração e permanência na vida ativa e profissional. Assim, a qualificação é tida como uma atividade de melhoria, em que se pretende que estes sujeitos adquiram um conjunto de competências adequadas ao desempenho das tarefas. Este objetivo passa por proporcionar “oportunidades de as pessoas com deficiência intelectual desenvolverem o conhecimento e as competências requeridas numa profissão particular” (Seifert, 1989, p.146).

A finalidade dos programas de qualificação profissional para pessoas com deficiências e incapacidades, conforme Maciel (1991) é “permitir condições de auto-suficiência e contribuição social determinada de cada membro da sociedade”. Por outro lado, de acordo com a Comissão das Comunidades Europeias (1993), a formação profissional assume um duplo papel: contribui para a diminuição do desemprego, facilitando a integração dos jovens no mercado de trabalho e a reinserção dos desempregados de longa duração, enquanto enfatiza a importância do capital humano no aumento da competitividade (cit. por Claudino, 1997).

Já para Dominicé (1984, p. 60), a formação assemelha-se a “um processo de socialização no decurso dos quais os contextos familiares, escolares e profissionais constituem lugares de regulação de processos específicos que se enredam uns nos outros, dando

uma forma original a cada história de vida”. Teoricamente, o processo de formação serve para adquirir ou desenvolver essas competências que terá como consequência também o aumento da produtividade.

Ao longo do processo de formação/emprego, tal como refere Rodrigues e Cação (1993), “a Formação Profissional e o Emprego não devem ser equacionados separadamente, mas como duas faces de um mesmo processo”. Consequentemente, do ponto de vista da empregabilidade é o desenvolvimento de competências de tarefas profissionais específicas que é enfatizado quase exclusivamente.

As competências sociais e relacionais (saber-ser e saber-estar) são determinantes para a inserção no mercado de trabalho, como sejam revelar gosto pelo trabalho; demonstrar competências comunicacionais; capacidade de adaptação às situações; capacidade reflexiva e de autocrítica; capacidade de empatia; capacidade de trabalho em equipa e de aceitação de outras ideias; confiança e autonomia na concretização das tarefas; capacidade de diálogo/relacionamento; demonstração de valores de solidariedade; empenho; persuasão; paciência; compreensão dos problemas no sentido da responsabilização (*empowerment*).

A inclusão social surge como um enorme desafio para a sociedade atual, representando um caminho que está em constante construção pelos próprios intervenientes no processo de formação/aprendizagem, bem como por pessoas que sonham com uma sociedade mais equitativa, solidária e capaz de garantir os direitos de todos os que nela vivem, permitindo em especial a participação ativa da população com necessidades especiais, em todos os domínios da vida quotidiana.

Não obstante, a inserção profissional, no caso das pessoas com deficiência intelectual em especial, apresenta dificuldades. Segundo Martins “a escassez de oportunidades profissionais para estas pessoas, num meio económico e tecnologicamente cada vez mais evoluído, assim como as dificuldades de ordem cognitiva a elas inerentes que impedem a habilidade e agilidade adaptativas tantas vezes requeridas e a imaturidade sócio-emocional e vocacional que, normalmente, transportam, são factores que têm repercussões nesta tarefa do desenvolvimento, ficando inúmeras vezes, parcialmente cumprida” (Sequeira, 2001, cit. por Silva,

2011).

No III Congresso Português de Sociologia, que decorreu em Lisboa, em 1996, foi apresentada uma comunicação sobre o estudo *Integração Sócio-Profissional das Populações com Deficiência e Desfavorecidas*, que identificou áreas problema/barreiras ou obstáculos à inserção socioprofissional destas populações: auto imagem negativamente conotada; meios sociofamiliares desfavoráveis; níveis de qualificação escolar e/ou profissional baixos ou muito baixos; pouca iniciativa individual na procura de emprego ou na criação do próprio emprego; problemas relacionados com o impacto da evolução tecnológica; dificuldades de mobilidade.

Em Portugal, o suporte legislativo existente em matéria de definição e aplicação de programas de emprego e apoio à qualificação destas populações, designadamente o Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro que revogou o Decreto-Lei n.º 247/89 de 5 de agosto, veio retirar medidas que constituíam uma mais-valia para a contratação de pessoas com deficiências e/ou incapacidades, nomeadamente o Subsídio de Compensação, o Subsídio de Acolhimento Personalizado, o Prémio de Integração e o Subsídio para Instalação por Conta Própria, que anteriormente eram atribuídos a pessoas com necessidades especiais, independentemente do grau de incapacidade. No caso da Região Autónoma da Madeira, o Programa de Incentivos à Contratação (PIC), regulamentado pela Portaria n.º 16/2009, de 23 de fevereiro, vem colocar uma questão de resolução complexa no que diz respeito à contratação de pessoas com deficiência intelectual, designadamente, como atestar um grau de incapacidade em



termos percentuais (no caso igual ou superior a 60%) a pessoas com este tipo de deficiência.

A globalização afeta o mercado de trabalho, as relações sociais, os modos de produtividade, deixando claro as desigualdades sociais, que são mais acentuadas em indivíduos com características especiais, que os tornam diferentes e que acabam por os estigmatizar, ao fugirem aos padrões propostos e ditados pelas empresas cada vez mais competitivas.

Um dos mais recentes normativos no que concerne à defesa dos direitos da população com necessidades especiais refere-se à *Estratégia Europeia Para a Deficiência 2010 - 2020: compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras*, da Comissão Europeia. O objetivo principal da Estratégia é o de capacitar as pessoas com deficiência para que tenham a possibilidade de ter acesso a todos os seus direitos e beneficiarem de uma participação plena na sociedade e economia europeias, nomeadamente através do Mercado Único. A Estratégia visa a eliminação das múltiplas barreiras que são colocadas quotidianamente às pessoas com deficiência. A Comissão Europeia identificou oito grandes áreas de ação: acessibilidades, participação, igualdade, emprego, educação e formação, proteção social, saúde e ação externa. Em relação à área do emprego, enfatiza-se como um garante de independência económica, na medida em que contribui para a realização pessoal e constitui uma proteção contra a pobreza. Neste sentido, é preciso que mais pessoas com deficiência tenham condições para ter e manter uma atividade remunerada no mercado normal de trabalho.

Nesta perspetiva, a transição para a vida ativa já



não deve ser encarada como um acontecimento ocasional, que se esgota num ato único de escolha, mas sim como um processo que se desenrola ao longo do ciclo de vida do indivíduo. A sociedade deve proporcionar às pessoas com deficiências e incapacidades a oportunidade de inserção na vida ativa, criando para isso condições que auxiliem uma integração eficaz.

Bibliografia

- Claudino, A. (1997). *A orientação para a formação profissional de jovens com deficiência intelectual*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Comissão Europeia (2010). *Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras*.
- Decreto-Lei n.º 247/1989, de 5 de agosto - define perante o regime de segurança social a situação dos formandos portadores de deficiência, de ações de formação profissional e dos trabalhadores deficientes em regime de emprego protegido.
- Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro - cria o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades e define o regime de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiências e incapacidades.
- Dominicé, P. (1984). Les modes d'élaboration et traitement de la biographie éducative. *Approches biographiques de processus de formation. Cahiers de la Section des Sciences de L'Éducation*, 8, 60.
- Maciel, M. R. C. (2000). Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *São Paulo Perspec*, 14 (2), 51-56.
- Milagre, C., Passeiro, J., & Almeida, V. (2002). Novos atores na formação para grupos sociais desfavorecidos. *Revista Europeia de Formação Profissional*, 30, 25-35.
- Pegado, E., Gonçalves, H., Bernardo, J., & Santos, P. (1996). *Integração Sócio-profissional das Populações Com Deficiência e Desfavorecidas*. Atas do III Congresso Português de Sociologia - Práticas e Processos da Mudança Social. Lisboa: Celta Editora.
- Portaria n.º 16/2009, de 23 de fevereiro - regulamenta o programa de incentivos à contratação, designado por PIC.
- Rodrigues, J. & Cação, R. (1993). Programa Integrado de Formação Profissional e Emprego de Jovens Deficientes: Modelos de Formação Profissional para Deficientes Mentais. *Integrar*, 2, 46-49.
- Silva, A. (2011). *Inserção Profissional de Pessoas com Deficiência Mental: perspetiva dos empregadores*. Disponível em <http://ad13336a.hosting.net.vodafone.pt/Insercao.pdf> Acedido a 31 de maio de 2011
- Seifert, H. K. (1989). Counselling disabled persons throughout the period of further education and training. *International Journal for the Advancement of Counselling*, 12, 142-151.

Bolsas de Emprego: Que contributos para a Empregabilidade das Pessoas com Deficiência?

Célia Fernandes - Operação para o Emprego de Pessoas com Deficiência da Cidade de Lisboa

A OED - Operação para o Emprego de Pessoas com Deficiência - serviço resultante de um protocolo, estabelecido em 1990, entre a atual fundação LIGA, a Câmara Municipal de Lisboa e o Instituto do Emprego e Formação Profissional, tem por missão promover a integração das pessoas com deficiência ou incapacidade, residentes na cidade de Lisboa, em mercado competitivo de trabalho, desenvolvendo, posteriormente, a assessoria e o acompanhamento técnico desta relação laboral.

Para cumprimento da sua missão, dispõe de uma bolsa interna de emprego de pessoas com deficiência constantemente atualizada e dotada de dados sobre a empregabilidade individual de candidatos com deficiência. O acesso à informação sobre as competências e experiências profissionais de cada candidato a emprego é, criteriosamente, regulado por cada gestor de caso, com base na autorização prévia do próprio. Face à opção de uma bolsa de emprego com livre acesso, já algumas vezes solicitada por potenciais empregadores, consideramos que a mediação técnica entre candidato a emprego e potencial empregador reúne diversos ganhos. De entre os múltiplos a enumerar, destacamos a possibilidade do técnico desmistificar ideias preconcebidas acerca de muitas deficiências sobre as quais o conhecimento prévio pode ser escasso ou mesmo pouco correto. A mediação desenvolvida pela OED permite, ainda, criar soluções para dificuldades levantadas e para as quais o empregador não conhece ou antevê respostas, ou mesmo sentir que dispõe dos serviços de uma entidade que é parceira numa experiência, não raras vezes, pioneira na empresa. A experiência de 20 anos diz-nos que a informação contida no currículo não basta ao empregador, que busca ativamente informação adicional (nomeadamente tipologia da deficiência ou incapacidade, características de funcionalidade, informação sobre

como proceder face a características específicas da deficiência, como por exemplo, a comunicação no caso das pessoas surdas).

A possibilidade de recolher dados complementares sobre os requisitos e exigências da oferta de emprego potencia, por parte da entidade mediadora e em particular da OED, a escolha dos candidatos adequados para a vaga em aberto e a proposta à entidade empregadora em resposta às suas necessidades. A mediação que desenvolvemos entre candidatos e possíveis empregadores conduz, do nosso ponto de vista, a resultados de sucesso nas fases de recrutamento, seleção e inserção de trabalhadores com deficiência.



O acompanhamento do processo é percecionado pelos empresários como um fator de segurança numa realidade menos dominada por eles.

Na integração de pessoas com deficiência, a empregabilidade é um conceito complexo e multifacetado. A análise curricular não fornece toda a informação sobre a funcionalidade e incapacidade do candidato a emprego e será discutível se alguma dela deverá estar explícita no currículo. Se a deficiência é o resultado da interação entre a condição da pessoa e os fatores contextuais, outras variáveis devem ser consideradas



aquando da seleção destes trabalhadores, nomeadamente no que concerne às acessibilidades, à introdução de produtos de apoio e aos requisitos do posto de trabalho. Esta decisão pressupõe um conjunto amplo de informações sobre as competências do candidato e as características do posto e ambiente de trabalho, contribuindo a eficácia desta mediação para o sucesso da própria inserção social e profissional.

A criação de uma bolsa de emprego similar às correntemente encontradas no mercado de emprego poderia acarretar riscos de ordem diversa e, eventualmente, tornar-se contraproducente, e na sua essência, discriminante. O lugar das pessoas com deficiência é na comunidade, pelo que, a estar organizado e facilitado o acesso à sua informação profissional, tal deveria integrar os mesmos procedimentos que se encontram definidos para os restantes cidadãos, ainda que o processo posterior mantivesse a necessidade de procedimentos adicionais, numa perspetiva de discriminação positiva. Uma bolsa de emprego distinta colocaria a questão sobre as razões que levariam os empresários a aceder-lhe. Pela decisão de contratar uma pessoa com deficiência? A experiência revela que o contacto da iniciativa do empresário com vista à contratação de trabalhadores com deficiência é raro, frequentemente por desconhecimento, ideias preconcebidas sobre a deficiência ou mesmo pela desvalorização de competências nesta população. O cenário mais frequente é que esta relação seja criada pela iniciativa de organizações que informam e sensibilizam empresários para este tema.

Não obstante, a criação de uma bolsa pública de emprego para pessoas com deficiência poderia trazer

maior visibilidade a este domínio. O pouco conhecimento e visibilidade, por um lado, das pessoas com deficiência e, por outro, das organizações que promovem a sua inserção, é uma fragilidade no sistema de reabilitação profissional a que as pontuais ações de marketing ainda não conseguiram dar resposta.

Se a criação de uma bolsa de emprego para pessoas com deficiência nos levanta algumas questões, especificamente de confidencialidade e necessidade de tratamento diferencial de informação, o mesmo já não se aplicará à constituição de uma bolsa de ofertas, em que a informação exposta impõe menores cuidados de confidencialidade. A divulgação de ofertas de emprego que, especificamente, a OED desenvolve no seu sítio, tem-se mostrado um instrumento poderoso na angariação de clientes com deficiência que desconheciam este suporte e na confirmação de que maior número de empresas se encontra envolvida nesta experiência. A OED adotou, também, a divulgação on-line da lista de empresas que já contrataram pessoas com deficiência, com recurso ao nosso serviço, o que se traduz num efeito multiplicador de sensibilização junto de outras e novas empresas.



As barreiras sociais existentes, que perpetuam a imagem da pessoa com deficiência como incapacitada ou improdutiva, dificultam a sua integração no mercado competitivo e prejudicam o acesso às medidas e ferramentas gerais de emprego, em igualdade de condições e oportunidades. A alteração das mentalidades é assim condição prévia ao tratamento igualitário no acesso ao emprego e à partilha de percursos de inserção.

Percurso de Vida

Graça Gerardo



Fiquei cega aos três meses, por engano médico, resultante da aplicação de uma excessiva dose de injeções de penicilina que me provocaram uma atrofia das veias óticas. Em vão, os meus pais tentaram reverter a situação, encomendando até do estrangeiro medicamentos que dissolviam na sopa, mas que, infelizmente, nada resolveram.

No entanto, adotei uma filosofia de vida que deixo a todos, mesmo aos que não são deficientes: *A piada da vida é conseguirmos encontrar os meios para vencer os desafios... Isso provoca em nós uma adrenalina que nos dá um gostinho especial, nos levanta a moral e nos melhora claramente os níveis de autoestima, com todas as vantagens que daí advêm para a nossa integração social, profissional e mesmo cultural.*

Fiz todo o primeiro ciclo no Helen Keller, um colégio integrado, onde as aulas e as brincadeiras decorriam em conjunto com colegas que viam. Isso ajudou-me a perceber e a testar os meus limites e capacidades, bem como a compreender as diferenças e a readaptar situações, sempre em função dos meus objetivos. Tínhamos uma preparação muito diversificada, que me auxiliou no restante ensino, quando era, por vezes, a única aluna cega da turma.

Lembro-me, no segundo ciclo, de um colega que, na carteira de trás, durante um teste, me pedia determinada resposta. Com medo da professora, respondi-lhe que não me incomodasse e que a lesse na folha

que eu tinha na máquina de escrever. Foi então que me informou que não podia porque a fita estava sem tinta e havia já algum tempo que eu nada escrevia.

Reprovei apenas na faculdade, na cadeira de Literatura Francesa, não porque tivesse más notas, mas porque a professora achava que era desonesto nunca levar material para a aula (o livro) como os restantes colegas. Logo teria de me penalizar. Nesses momentos é doloroso sentir na pele a discriminação. Mas, tudo o que há a fazer é levantar a cabeça e continuar.

Queria transmitir algo a alguém. Por isso, desde pequena que tudo fiz para ser professora. Já as bonecas eram minhas alunas! Há vinte e cinco anos que dou aulas de Português, Francês, Espanhol e Expressão Dramática. É bom ensinar porque todos os dias aprendemos. É também muito agradável perceber, ao fim de um ano, que um aluno já fala uma língua estrangeira ou que já adquiriu conhecimentos. É bom senti-lo mais preparado. Hoje em dia, com a sociedade que temos, um professor acaba por estar mais tempo com os alunos do que, muitas vezes, os próprios pais. Por isso, além de professora, gosto de falar com eles sobre o que os preocupa e eles, por seu lado, gostam que alguém se preocupe com eles e os oiça. É desse entendimento mútuo que nasce tantas vezes a vontade de aprender uma disciplina. Mas enfim, eu sou como a raposa do *Príncipezinho*, de Antoine de Saint-Exupéry, gosto de os cativar e de com eles criar laços.

Agrada-me igualmente apoiar os outros. É nesse intuito que, também há cerca de vinte e cinco anos, estou ligada à vida associativa, fazendo atualmente parte dos corpos gerentes da ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal - desempenhando as funções de Vice-Presidente da Direção Nacional. Estamos, neste momento, quase a inaugurar uma casa para a aprendizagem de atividades da vida diária, tão necessárias a todos, mas que assumem particular importância para as pessoas com deficiência visual.

É uma vida muito preenchida, mas que me dá, acima de tudo, muitas alegrias que agora compartilho convosco. É esse o segredo: diversificando vai-se mais longe!

Estratégia Europeia para a Deficiência Por uma Europa sem Barreiras...

Segundo dados da Comissão Europeia (CE), um em cada seis cidadãos da União Europeia (UE) apresenta uma deficiência mais ou menos profunda, o que representa cerca de 80 milhões de pessoas que, com frequência, se veem impedidas de participar plenamente na sociedade devido a barreiras físicas e comportamentais. Todavia, a plena participação das pessoas com deficiência é vital para que se consiga gerar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Neste seguimento, a Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 configura um quadro de ação, cujo principal objetivo é capacitar as pessoas com deficiência para que possam usufruir de todos os seus direitos. A tónica recai sobre a eliminação das barreiras que se colocam a estas pessoas, sendo identificados os apoios necessários em matéria de financiamento, investigação, sensibilização, estatísticas e recolha de dados, em oito grandes áreas de ação: acessibilidade, participação, igualdade, emprego, educação e formação, proteção social, saúde e ação externa.

Acessibilidade: a CE propõe o uso da legislação para otimizar a acessibilidade dos espaços, dos transportes e das tecnologias de informação e comunicação. Para tal, será fomentada a inclusão dos temas *acessibilidade* e *design universal* nos programas escolares e em ações de formação.

Participação: pretende-se eliminar as barreiras administrativas e comportamentais a uma participação plena e equitativa e operacionalizar serviços de proximidade eficientes.

Igualdade: a abordagem proposta assenta na proteção contra a discriminação e a implementação de uma política ativa de combate à discriminação e promoção da igualdade de oportunidades.

Emprego: a CE prestará uma atenção especial aos jovens com deficiências na sua transição do mundo do ensino para o emprego e agirá no domínio da mobilidade intraprofissional no mercado de trabalho geral e no emprego protegido, através do intercâmbio de informações e da aprendizagem mútua.

Educação e formação: a ação da CE apoiará os esforços nacionais empreendidos que visem eliminar as barreiras jurídicas e organizacionais que se colocam às pessoas com deficiência no acesso aos sistemas de ensino e de aprendizagem ao longo da vida. Serão ainda proporcionados apoios atempados ao ensino inclusivo e à aprendizagem personalizada, assim como à identificação precoce de necessidades especiais.

Proteção social: a CE prestará atenção a estas questões através da Plataforma Europeia contra a Pobreza. Tal passará por avaliar a adequação e a sustentabilidade dos sistemas de proteção social e dos apoios ao abrigo do Fundo Social Europeu. A UE apoiará, igualmente, medidas nacionais que visem garantir a qualidade e a sustentabilidade dos sistemas de proteção social para as pessoas com deficiência.

Saúde: serão implementadas políticas de combate às desigualdades, com a promoção de iniciativas no domínio da saúde e segurança no trabalho para reduzir os riscos de ocorrência de deficiências durante a vida profissional, bem como na reinserção dos trabalhadores com deficiência.

Ação externa: será efetuada uma intervenção num quadro mais vasto de não discriminação para que a deficiência seja vista na perspetiva dos direitos humanos, no contexto da ação externa da UE.

Com a presente estratégia pretende-se explorar o potencial combinado da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e da Convenção da Organização das Nações Unidas, fazendo uso pleno da Estratégia Europa 2020 e respetivos instrumentos. A estratégia desencadeia um processo destinado a capacitar as pessoas com deficiência para uma participação plena na sociedade, em igualdade de circunstâncias com os demais cidadãos. As instituições europeias e os Estados-Membros são, assim, chamados a trabalhar em conjunto no âmbito da presente estratégia para construir uma Europa sem barreiras para todos.



Som & Silêncio

Paula Teixeira

A minha passagem pela Madeira foi simplesmente fantástica, já tinha estado diversas vezes na “ilha mágica”, mas desta vez foi realmente um privilégio. Dois espetáculos “Som e Silêncio” e uma atuação na FNAC, cada um à sua maneira, todos igualmente intensos!

O “Som e Silêncio”, que teve lugar na Sala Ursa Maior do Madeira Tecnopólo, foi arrebatador.

Não contava com a sala cheia: 600 pessoas - crianças com e sem deficiência, surdos e ouvintes, pais, avós, professores, educadores - a partilhar um espetáculo entre o som e o silêncio sem barreiras, foi sem dúvida muito enriquecedor. Todos aprenderam alguns gestos, canções, com muita vontade, o que me deixou muito feliz.

O objetivo deste espetáculo que é lúdico, pedagógico, multigeracional e com a semente da sensibilização para a Língua Gestual Portuguesa e para a diferença foi cumprido. Eu sou uma privilegiada por poder fazê-lo! Aliar as minhas duas profissões e partilhar com os meus fabulosos músicos, que também interagem com a Língua Gestual, é fantástico.

Para finalizar este “Som e Silêncio”, o facto de eu ter chamado as crianças para me acompanharem teve uma adesão incrível, o que deve ter dado alguma dor de cabeça às educadoras, pois foi um mar de meninos e meninas a cantar comigo, e nada melhor do que ter

um coro de crianças surdas e ouvintes todas a cantar sem barreiras, com a voz e com as suas mãos.

Já com idades bem diferentes na Escola Complementar do Til - Apel tive dois papéis distintos: o de oradora, ao contar a minha experiência profissional e ao falar de temas que a escola estava a discutir, e realizar o espetáculo “Som e Silêncio”. Manter os alunos interessados durante duas horas naquilo que estava a dizer e a cantar foi um desafio diferente, mas foram muito acolhedores e trataram-me muito bem. Adorei a experiência e o melhor de tudo é que fiz muitos amigos, tiveram uma preocupação e um cuidado fora de série com toda a minha equipa, que agradeço do fundo do coração.

Para finalizar cantei na FNAC com um público fabuloso, tendo os CD's esgotado. Mesmo cansada, saí de lá com a alma cheia!

Ou seja, estes dias na Madeira foram maravilhosos! Quero muito voltar com o meu espetáculo, com a banda completa e poder mostrar o que preparamos neste novo trabalho “Simplesmente Eu”! É inclusivo, teatral, dinâmico, com músicos de excelência, dança burlesca e muitas surpresas. Adoraria poder apresentá-lo na vossa “Ilha mágica”!

Acredito que em breve o farei...

Obrigada a todos pela hospitalidade e pelo carinho!

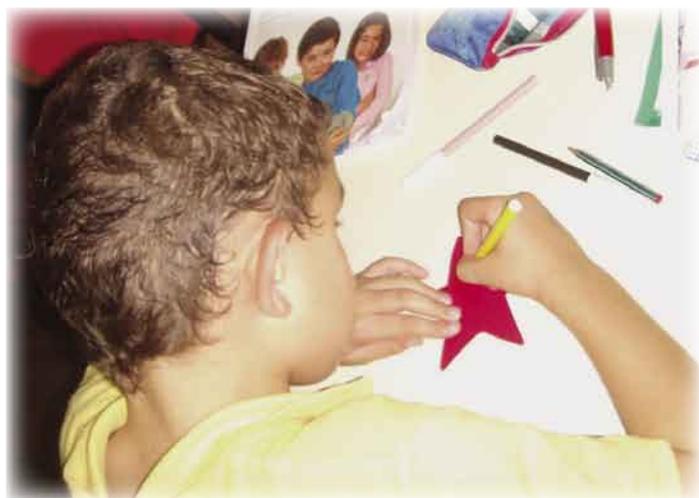


“A Viagem das Cores do Arco-íris”

Projeto de Autorregulação da Aprendizagem em Crianças do 1.º Ciclo

Carla Roque - Centro de Apoio Psicopedagógico de Machico

Catarina Gouveia, Isabel Dinis & Tânia Carvalho - Centro de Apoio Psicopedagógico de Santa Cruz



A autorregulação da aprendizagem é “um processo activo no qual os sujeitos estabelecem objectivos que norteiam a sua aprendizagem tentando monitorizar, regular e controlar as suas cognições, motivação e comportamentos com o intuito de os alcançar” (Rosário, 2004, p. 37).

Todos os alunos conseguem autorregular os seus processos de aprendizagem, mobilizando comportamentos de acordo com as especificidades dos seus contextos, através da análise das exigências da tarefa e da escolha dos recursos necessários para lhes fazer face. Não estão, nem se sentem sozinhos, na realização das tarefas com que se deparam. Pelo contrário, procuram apoio, sempre que necessário, de modo a alcançarem satisfatoriamente os seus objetivos, envolvendo-se ativamente neste processo.

No entanto, os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem acentuadas, habitualmente, não se sentem confortáveis na sala de aula, manifestando, frequentemente, esse desconforto, perturbando e comprometendo o normal decorrer das atividades na mesma. O facto de não conseguirem acompanhar o ritmo da turma, participar nas atividades e de não se conseguirem inserir no grupo, fá-los, muitas vezes, desistir de investir na aprendizagem, tentando, por outro

lado, se integrar através de comportamentos desadequados que podem evoluir para condutas disruptivas.

Os processos de autorregulação da aprendizagem podem ser estimulados através de três eixos - experiência pessoal, instrução direta e como produto da prática intencionada - que poderão ocorrer de forma separada ou em conjunto (Pintrich & Zuscho, 2002). Na primeira situação, as crianças fazem-no por hábito, por aprendizagem vicariante ou porque simplesmente refletiram sobre o assunto e decidiram fazê-lo. Na instrução direta, são ensinadas às crianças estratégias e procedimentos autorregulatórios, de modo a saberem planificar as tarefas, gerir o tempo e controlar os fatores distratores externos e internos. Esta instrução incrementa a sua compreensão sobre a importância da utilização de determinadas estratégias ou rotinas processuais autorregulatórias, facilitadoras da qualidade das aprendizagens. A autorregulação pode ainda ser trabalhada através de práticas educativas que intencionalmente promovam uma planificação consciente para levar a tarefa a bom porto.

“O processo de autorregulação da aprendizagem não pode, contudo, reduzir-se a uma lista de passos pré-formatados ou a um menu de estratégias pronto a usar, uma vez que a própria essência do conceito exige uma implicação das crianças no seu processo de aprendizagem tendo em atenção o contexto e as constrições onde essa aprendizagem decorre (...)” (Paris & Newman, 1990, cit. por Rosário, Núñez, & González-Pienda, 2007). Desta forma, é essencial uma boa gestão da afetividade, do horário e dos recursos físicos, materiais e humanos.

Não obstante, o investimento por parte das crianças pode não ser necessariamente o mesmo, existindo uma multiplicidade de fatores extrínsecos e/ou intrínsecos que podem comprometer ou facilitá-lo, tais como as capacidades cognitivas, a motivação, o apoio familiar, os modelos comportamentais, a autoestima,

as práticas educativas na família e/ou da sala de aula, o nível de conhecimentos prévios, o nível de estimulação, entre outros.

“Para promover verdadeiramente o envolvimento da criança nas tarefas de aprendizagem, devem ser-lhe oferecidas oportunidades efectivas de experienciar sucesso, apresentando-lhe tarefas que consigam realizar e que, progressivamente, vão subindo o seu nível de exigência à medida que são completadas com sucesso” (Schunk & Zimmerman, 1996, cit. por Rosário, Núñez, & González-Pienda, 2007).

Neste sentido, uma equipa de investigadores da Universidade do Minho, em colaboração com a Universidade de Oviedo, desenvolveu um Projeto de Autorregulação da Aprendizagem denominado *Sarilhos do Amarelo*, destinado a crianças dos 5 aos 10 anos de idade. Este projeto teve como base as investigações desenvolvidas por Zimmerman (cit. por Rosário, Núñez, & González-Pienda, 2007), para o qual a autorregulação da aprendizagem é um processo dinâmico e aberto, que ocorre em três fases principais, intrinsecamente cíclicas e interdependentes: a fase prévia, a fase de controlo volitivo e a fase da autorreflexão. Assim, estes investigadores fundamentaram o *Sarilhos do Amarelo* com o modelo de autorregulação PLEA (Planificação, Execução e Avaliação), cujas fases podem ocorrer de forma simultânea e dinâmica, numa interação entre os diferentes processos e componentes, de natureza sequencial e cíclica, não necessariamente hierarquizada (Idem).

A construção de um conjunto de razões para aprender, a escolha de um repertório de estratégias de aprendizagem, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos, a reflexão sobre o que queremos fazer e a planificação da ação (o que sabemos, quando e como o faremos), constituem a primeira fase do modelo, a de Planificação. É com estes princípios que se procede à fase de Execução, onde se passa à concretização do plano estabelecido, implementando um conjunto de estratégias de aprendizagem, ao mesmo tempo que se controla e monitoriza a eficácia do plano. Por fim, o aluno deverá avaliar se as tarefas de aprendizagem estão a decorrer como o previsto, analisando a relação entre o produto e as metas estabele-

cidas. São os resultados desta fase que conduzem ao planeamento de novas tarefas, recomeçando assim o ciclo autorregulatório.

Tendo por base o *Sarilhos do Amarelo*, surgiu a possibilidade de implementar um projeto de autorregulação da aprendizagem que se denominou *A Viagem das Cores do Arco-Íris*, numa turma do 2.º ano de escolaridade da Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-Escolar das Figueirinhas. Este projeto foi dinamizado pela psicóloga do Centro de Apoio Psicopedagógico de Santa Cruz, em conjunto com a docente do ensino regular no biénio 2008/2010, em sessões semanais de 60 minutos, e teve como objetivo principal trabalhar um conjunto de estratégias de aprendizagem, tal como promover a autonomia e a responsabilização dos alunos face às atividades escolares. Como objetivos específicos pretendeu-se desenvolver e trabalhar com os alunos o repertório de estratégias dos processos de autorregulação da aprendizagem, promover a

motivação para as atividades escolares, fomentar a autorresponsabilização e modificar as suas atribuições causais relativamente ao sucesso/insucesso escolar.

Para finalizar e decorrente do interesse manifestado pelos intervenientes, dinamizou-se uma peça de teatro, apresentada na festa de encerramento do ano letivo 2009/2010, onde os alunos dramatizaram alguns momentos vivenciados pelas personagens da história do *Sarilhos do Amarelo*, transmitindo, de uma forma lúdica, os conhecimentos apreendidos ao longo desta viagem.

Vitória, vitória acabou a história.
A lição que ouvi vou tentar aplicar.
A lição que aprendi vou tentar recordar.
Vitória, vitória, adeus linda história.
Rosário, Núñez, & González-Pienda (2010)

Bibliografia

- Paris, S. G., & Newman R. S. (1990). Development aspects of self-regulated learning. *Educational Psychologist*, 25, 87-195
- Pintrich, P., & Zuscho (2002). The development of academic self-regulation: the role of cognitive and motivational factors. In A. Wigfield & J. Eccles (Eds.), *Development of achievement motivation* (pp. 250-271) NY: Academic Press.
- Rosário, P. (2004). *Estudar o Estudar: As (Des)venturas do Testas*. Porto: Porto Editora.
- Rosário, P. S. L., Núñez, J. C., & González-Pienda, J. (2010). *Sarilhos do Amarelo - Coleção Adoro Ler*. (2.ª ed.). Porto: Porto Editora. Disponível em <http://www.guia-psiedu.com/intervencao/amarelo.php>
- Rosário, P. S. L., Núñez, J. C., & González-Pienda, J. (2007). *Projecto Sarilhos do Amarelo - Autorregulação em crianças sub-10*. Disponível em <http://www.guia-psiedu.com/intervencao/amarelo.php>
- Schunk, D. H., & Zimmerman, B. J. (1996). Modeling and self-efficacy influences on children's development of self-regulation. In K. Wentzel & J. Juvonen (Eds.), *Social motivation: Understanding children's school adjustment* (pp. 154-180). NewYork: Cambridge University Press.

Point

Point é uma ferramenta inovadora e inclusiva que torna os sítios da internet acessíveis a qualquer visitante, sem que seja necessário fazer quaisquer alterações ao design e à estrutura das páginas Web. Para ativar a aplicação basta parar com o rato algum tempo sobre uma palavra ou expressão e surge então um ícone do Sistema de Símbolos para a Literacia da *Widgit*, traduzindo o conceito. Esta aplicação é bastante adequada para quem está a iniciar a aprendizagem da leitura e da escrita e para aqueles cuja língua materna não é a Língua Portuguesa, uma vez que permite esclarecer dúvidas em determinados conceitos ou palavras e compreender melhor a informação escrita.



Comercialização: Cnotinfor - Urbanização Panorama, lote 2, loja 2 - Monte Formoso - 3000-446 Coimbra - Tel: 239 499 230 - Fax: 239 499 239 - E-mail: info@cnotinfor.pt
- Página Web: <http://www.cnotinfor.pt>

Megabee



Megabee é um sistema de comunicação fácil de utilizar para pessoas com perda de capacidades motoras, paralisia cerebral, sem capacidade de fala temporária ou permanente ou que sofreram um AVC e que não conseguem escrever. Através do piscar de olhos, o utilizador seleciona letras e frases que estão dispostas no ecrã, adequadas às suas necessidades. Este sistema que requer pouco treino, é totalmente portátil, independente de um computador e permite a melhoria substancial da qualidade de vida do utilizador.

Comercialização: Anditec, Tecnologias de Reabilitação, Lda. - Alameda Roentgen, 9 C - 1600-757 Lisboa - Tel: 217 110 170 - Fax: 217 110 179 - E-mail: anditec@mail.telepac.pt - Página Web: <http://www.anditec.pt>

O Pequeno Mozart

O Pequeno Mozart é um sistema dinâmico que permite a qualquer criança da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico compor músicas tonais de forma fácil e intuitiva, sem ter de recorrer aos métodos tradicionais, utilizando uma pauta. O método de composição musical permite desenvolver a literacia musical, conhecer as notas musicais e criar combinações rítmicas fáceis, divertidas e educativas. O software, que está disponível em português e em inglês, é um excelente auxiliar para todos os profissionais de ensino, que podem criar melodias de suporte a exercícios musicais.



Comercialização: Cnotinfor - Urbanização Panorama, lote 2, loja 2 - Monte Formoso - 3000-446 Coimbra - Tel: 239 499 230 - Fax: 239 499 239 - E-mail: info@cnotinfor.pt
- Página Web: <http://www.cnotinfor.pt>

Já Está 2



Já Está 2 é uma ferramenta multidisciplinar transversal às várias áreas do currículo da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. Este ambiente integrado de aprendizagem facilita o treino de competências básicas, a exploração da comunicação oral e escrita e o desenvolvimento da linguagem matemática, permitindo que a criança explore situações diversificadas, se exprima de forma criativa e trabalhe a motricidade fina. Este software possui quatro aplicações (Escrever, Contar, Gráficos e Desenhar) interligadas através de uma interface intuitiva, adequada ao trabalho em sala de aula e em atividades de tempos livres.

Comercialização: Cnotinfor - Urbanização Panorama, lote 2, loja 2 - Monte Formoso - 3000-446 Coimbra - Tel: 239 499 230 - Fax: 239 499 239 - E-mail: info@cnotinfor.pt
- Página Web: <http://www.cnotinfor.pt>

Um Pé de Vento

Autora: Graça Breia

Coleção: 4 Leituras

Editora: Cercica

Ano: 2011

O que será que acontece quando um vento maroto resolve fazer um pé de vento? Este 4.º livro da coleção 4 Leituras é acompanhado por um DVD interativo com conteúdos pedagógicos e quatro versões da história: uma narrada oralmente sobre as imagens, uma adaptada em Símbolos Pictográficos para a Comunicação, outra em Língua Gestual Portuguesa e ainda uma versão do livro em Braille com imagens em relevo. Esta coleção da Editora Cercica, com o apoio do Ministério da Educação e da Câmara Municipal de Cascais, tem o intuito de oferecer ao público um livro que seja acessível a todos os leitores, independentemente das suas capacidades de leitura. Com o lema *Leitura para todos*, este livro promete divertir e ensinar aos mais pequenos o prazer da leitura, sendo recomendado pelo Plano Nacional de Leitura.



Mal-Entendidos - Da Hiperactividade à Síndrome de Asperger, da Dislexia às Perturbações do Sono

Autor: Nuno Lobo Antunes

Editora: Versos de Kapa

Ano: 2009

Estima-se que em Portugal existam cerca de 100.000 crianças com perturbações de desenvolvimento. Para compreender uma criança temos de voltar ao país das memórias, reviver o que ficou para trás, habitar de novo medos de que nos esqueçamos. Nas páginas desta obra, os leitores encontram informação útil e ideias estimulantes sobre temas como a Hiperatividade, a Dislexia e a Síndrome de Asperger, entre outros, numa apresentação da realidade da prática clínica, a soma de quem conta com quem ouve, a junção de quem procura com quem responde. Os capítulos são ilustrados com histórias reais, excertos de vida das crianças e suas famílias.

Este livro destina-se a pais, professores, psicólogos, médicos e a crianças e adolescentes suficientemente sábios para conseguirem ler e suficientemente curiosos para quererem aprender.



Violência, Bullying e Delinquência

Autores: Margarida Matos, Tânia Gaspar, Celeste Simões & Jorge Negreiros

Editora: Coisas de Ler

Ano: 2009

Esta publicação pretende sensibilizar alunos, pais e docentes para o bullying/violência entre pares, o que segundo os autores se inscreve globalmente na dificuldade de regular relações interpessoais, numa perspetiva de ganho mútuo.

Este termo tem vindo a ser incorporado na linguagem do quotidiano, sendo referido na televisão, na rádio, nos jornais, nas conversas na rua, em casa, na escola e no emprego. Se, por um lado, esta popularidade chama a atenção para o fenómeno, podendo ajudar a identificar e a preveni-lo, por outro, induz a noção de que se trata de algo recente, quando, de algum modo, é um nome novo para um fenómeno antigo.



Exposição *Boas Práticas*

Carla Flor - Centro de Apoio Psicopedagógico da Ribeira Brava

Inovar não tem necessariamente o sentido do vulgar. As grandes inovações estão, muitas vezes, na concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceite sem outras



resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

Nesta perspetiva, foi inaugurada, no passado dia 31 de março, na sala de exposições da Câmara Municipal da Ribeira Brava a exposição *Boas Práticas*, que contou com a presença da Diretora Regional de Educação Especial e Reabilitação e do Vereador da Educação e Cultura do concelho.

O evento despontou com a necessidade de dar a conhecer o trabalho desenvolvido nas escolas deste concelho pela equipa do Centro de Apoio Psicopedagógico da Ribeira Brava, no trilho da inclusão.

O momento revelou-se muito positivo e ficou patente o trabalho de equipa, nesta caminhada que é de todos e de cada um dos profissionais da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação: *que a filosofia da inclusão se torne realidade!*

Vela Sem Limites

Mafalda Freitas - Clube Naval do Funchal

O Clube Naval do Funchal (CNF), em colaboração com a Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, é pioneiro, desde 1999, na dinamização da Vela Adaptada, na Região Autónoma da Madeira.

Este projeto, apadrinhado pelo Município do Funchal, permite a pessoas com deficiência e/ou outras necessidades especiais a prática da modalidade e a participação em competições regionais e nacionais. Neste sentido, o CNF, em parceria com o *Caniço Shopping*, *Diário Cidade*, *O Liberal*, *Agência de Moda ModAge*, *Qualifrutas*, *Loja dos Perfumes*, *Worten*, *Paula Cabeleireiros*, *Decorações Piedade*, *CSFashion* e *Rock's Club*, levou a cabo a iniciativa "Vela sem Limites", com o intuito de angariar fundos para garantir a continuidade da modalidade. A campanha de angariação de fundos culminou com um desfile de moda, no dia 2 de abril, no *Caniço Shopping*, tendo como protagonistas os atletas da vela adaptada do CNF e os modelos da *ModAge*. O público presente pôde, assim,

assistir a um evento com muito glamour.

O sucesso desta iniciativa teve um impacto significativo na motivação quer dos atletas, quer dos profissionais, incentivados a prosseguir um trabalho no sentido do crescimento desta atividade e no fortalecimento da inclusão social pelo desporto.



Espetáculo Solidário

Elma Barreiro - Serviço Técnico de Integração e Formação Profissional e Emprego Protegido de Deficientes



No dia 30 de abril, o Grupo *COM.TEMA* aliou-se, uma vez mais, a causas solidárias e apresentou, no Fórum Machico, a peça de teatro *Os Ridículos*.

A iniciativa foi do Serviço Técnico de Integração e

Formação Profissional e Emprego Protegido de Deficientes, com o objetivo de angariar fundos para a Viagem de Finalistas de 2011 dos jovens formandos que concluirão os respetivos cursos profissionais, nos concelhos de Santa Cruz e Machico.

Com casa cheia, *Os Ridículos* proporcionaram à plateia uma noite muito animada, onde as gargalhadas e a boa disposição foram o resultado desta divertida peça que subiu ao palco pela última vez.

Para além da contribuição para a viagem de finalistas, a receita angariada também reverteu para o Projeto *Um Dia pela Vida*, da Liga Portuguesa Contra o Cancro, que celebrou este ano o seu 25.º aniversário.

Face a esta noite tão bem passada, as responsáveis agradecem a todos os que colaboraram e participaram nesta iniciativa.

Acessibilidade a Todos!

Revista *Diversidades*

No passado dia 4 de maio, teve lugar, no Auditório da Direcção Regional de Educação, a entrega de prémios da 8.ª edição do concurso “Escola Alerta!” 2010/2011.

Os grandes vencedores desta edição, a nível regional, foram a Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-Escolar do Foro, na categoria de 1.º ciclo do ensino básico, e a Escola Profissional Atlântico, na categoria de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, tendo ainda sido atribuídas menções honrosas.

A cerimónia de entrega de prémios regionais contou com a presença do Diretor Regional de Educação, da Diretora Regional de Educação Especial e Reabilitação, dos membros do júri, bem como de docentes e alunos das escolas participantes.

No dia 8 de junho, decorreu, no Complexo Municipal dos Desportos de Almada, a Festa de Entrega dos Prémios Nacionais deste concurso, na qual a Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-Escolar do Foro e a Es-

cola Profissional Atlântico foram agraciadas com menções honrosas, nas respetivas categorias.

Razão para dizermos que a contribuição da Região Autónoma da Madeira ao nível da apresentação de ideias e trabalhos dedicados à temática da acessibilidade para todos atingiu um nível de excelência. Parabéns aos participantes!



Os Novos Caminhos do Conto Infantil

A experiência da Região Autónoma da Madeira

Francisco Fernandes - *Secretaria Regional de Educação e Cultura*
Graça Faria - *Divisão de Acessibilidade e Adaptação das Tecnologias de Informação e Comunicação*



A escola está hoje a braços com a tarefa de educar, por vezes não apenas os bebés, as crianças e os jovens que lhes são entregues às 8 horas da manhã e recuperados pelas famílias às 6 da tarde, mas também as próprias famílias.

Conscientes de que o livro, e em particular o livro destinado a um público infantil e infantojuvenil, pode desempenhar um papel essencial para a prossecução destes objetivos, a Região Autónoma da Madeira, no âmbito do projeto *Escola a Tempo Inteiro* promoveu um investimento nas escolas básicas do 1.º ciclo, designadamente nas suas bibliotecas escolares, fazendo aí a sementeira para o livro, para a leitura e para a escrita criativa, através da colocação, em cada uma destas, de um técnico superior licenciado em Línguas e Literaturas Modernas, com formação adicional em Animação Sociocultural de Bibliotecas que, no seu conjunto, provocaram uma verdadeira revolução na forma como a biblioteca atua e intervém transversalmente na vida da escola.

O conto infantil tradicional aborda valores e princípios que hoje não se adequam às preocupações sociais, culturais e educativas, pelo que tem sido incenti-

vada a produção de novos contos com preocupações em áreas como a amizade, o ambiente, a diferença, a liberdade, a proteção das espécies em extinção, o planeta, os recursos finitos, a deficiência, as tradições, a etnografia, as celebrações populares religiosas e pagãs, com grande aceitação por parte das crianças e dos jovens.

Neste contexto, os “leitores especiais” mereceram uma atuação cuidada, de modo que, com o recurso às tecnologias de informação e comunicação a sua acessibilidade ao livro ficasse garantida. Assim, a produção ou adaptação de versões com diferentes formatos de um livro infantil facilita a promoção da leitura junto das crianças com necessidades especiais, assim como são um meio de divulgação das suas necessidades para aceder à literacia e das suas competências de aprendizagem.

Este é o resumo da comunicação apresentada no âmbito do I Congresso de Literatura Infanto-Juvenil e Novas Tecnologias, que se realizou nos dias 7 e 8 de maio, no auditório do Parque de Exposições de Braga.

6.º Aniversário do CAO da Ribeira Brava

Nuno Alves - Centro de Actividades Ocupacionais da Ribeira Brava

O Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) da Ribeira Brava celebrou o seu sexto aniversário no passado dia 11 de abril, conjuntamente com várias personalidades que gentilmente acederam ao nosso convite, tais como o escritor madeirense Francisco Fernandes, a Diretora Regional de Educação Especial e Reabilitação, o Diretor de Serviços de Reabilitação Profissional e Psicossocial de Deficientes, a Diretora do Serviço Técnico de Actividades Ocupacionais, o Delegado Escolar da Ribeira Brava, a Diretora da Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-Escolar (EB1/PE) da Ribeira Brava e Coordenadores de outros CAO's da Região Autónoma da Madeira. Contámos ainda com a presença de um grupo de utentes do CAO Ponta do Sol, do CAO São Vicente e do CAO São Pedro e de 4 turmas do pré-escolar da EB1/PE da Ribeira Brava.

A manhã iniciou-se com uma visita à exposição de fotografias e trabalhos dos utentes do CAO, seguida do conto da história *Aliane e Zaneah - dos sonhos às vitórias*, pelo escritor Francisco Fernandes, momento em que foram revelados vários sonhos, entre os quais o da utente Suse Santos que deseja ser cantora e que encantou toda a plateia com a música da artista



Adelaide Ferreira, *Papel principal*.

Depois de um pequeno intervalo para o coffee break, um grupo de utentes dramatizou a história *A galinha dos ovos misteriosos*, de Luísa Soares, que precedeu o momento musical onde cantámos a *Cinderela*, de Carlos Paião, *Voar*, dos artistas Tim e Rui Veloso e o *Hino à Diferença*.

A tarde foi também de festa com a realização de vários jogos tradicionais, em conjunto com os utentes do CAO São Vicente. Por fim, terminámos o dia de celebração com um lanche convívio.

STSADP de Parabéns!

Anabela Gonçalves - Serviço Técnico Socioeducativo de Apoio à Deficiência Profunda



A 20 de maio, o Serviço Técnico Socioeducativo de Apoio à Deficiência Profunda celebrou o seu 21.º aniversário. Este marco constituiu, uma vez mais, uma partilha de alegria e amizade para os nossos utentes, famílias e colaboradores. Num primeiro momento, realizámos atividades lúdico-desportivas, que apelaram a diversas habilidades motoras básicas, através de uma gincana. Numa segunda fase, tivemos o privilégio de assistir ao Grupo de Danças e Cantares da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação que apresentou músicas tradicionais da nossa Região.

As comemorações culminaram com o cantar dos parabéns, ao sabor da música.

8 Anos no Caminho da Inclusão

Lúcia Fragoeiro - Centro de Actividades Ocupacionais de Câmara de Lobos



No dia 7 de junho, celebrou-se o 8.º aniversário do Centro de Actividades Ocupacionais de Câmara de Lobos (CAO CL), que abriu oficialmente as suas portas no dia 2 de junho de 2003, para dar resposta aos utentes com necessidades especiais (NE) deste concelho.

Inicialmente contava com a frequência de 12 utentes e uma equipa composta por 4 elementos. Os anos foram passando e, atualmente, este centro conta já com um grupo de 37 utentes inscritos e uma equipa multidisciplinar de 13 elementos, alguns partilhados com outros serviços da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação.

Para assinalar esta data, realizou-se uma conferência, sob o lema: *Refletir o Passado... Projetar o Futuro!* Neste evento, que contou com a participação da Diretora do Serviço Técnico de Actividades Ocupacionais, e que teve como objetivo demonstrar um pouco daquilo que tem sido feito ao nível da inclusão das pessoas com NE, foram vários os preletores que partilharam as suas experiências com este tipo de população.

Ao refletir sobre o passado reviveram-se momentos e pessoas que deixaram saudades... Foi também ocasião para o CAO CL dar a conhecer o seu funcionamento e alguns projetos que têm sido implementados ao longo destes 8 anos, salientando os mais recentes e aqueles que se têm mantido devido ao seu sucesso, como o *Contador de Histórias*, *Vendedor de Sonhos!*.

Relativamente às projeções para o futuro, procurou-se sensibilizar para a importância de investir nos CAO's como instituições que capacitam os utentes para uma vida mais autónoma e integrada na sociedade e não como o "ponto final" na vida destas pessoas. É urgente que a comunidade promova oportunidades para que as pessoas com NE mostrem as suas potencialidades e sejam cidadãos (mais) ativos. Só assim, faremos parte de uma sociedade realmente inclusiva.

“Espaço para Criar”

Mónica Teixeira - Divisão de Investigação em Educação Especial, Reabilitação e Sobredotação

Realizou-se, nos dias 21 de maio e 11 de junho, a atividade de enriquecimento *Espaço para Criar*, destinada a crianças com aptidão para as artes plásticas, e que teve como público-alvo crianças/jovens talentosos nesta área, com idades compreendidas entre os 9 e os 12 anos de idade.

O intuito desta iniciativa foi o de proporcionar uma atividade motivadora, contribuindo para o enriquecimento e estimulação dos talentos.

Esta ação surgiu da parceria entre a Divisão de Investigação em Educação Especial e Reabilitação e o docente da Escola da Apel e artista plástico Luís Paixão e contou com o apoio das Tintas Anpal.



CAP e CAO São Vicente celebram 3 primaveras

Equipa do *Centro de Apoio Psicopedagógico de São Vicente* e *Centro de Actividades Ocupacionais de São Vicente*

No dia 29 de abril, foi celebrado o terceiro aniversário do Centro de Apoio Psicopedagógico e do Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) de São Vicente.

A cerimónia contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, de Vereadores desta autarquia, da Diretora de Serviços de Intervenção Precoce e Educação Especial, da Diretora do Serviço Técnico de Actividades Ocupacionais, da Chefe de Divisão de Apoio Psicopedagógico, de várias personalidades, de utentes e seus familiares. O evento iniciou-se com a receção dos convidados pelos utentes e por um músico. Seguidamente, a coordenadora dos serviços aniversariantes proferiu um discurso, no qual enquadrou a instituição e os seus objetivos, sendo, ainda, apresentado um vídeo acerca das diversas atividades realizadas pelos utentes do CAO.



Os presentes foram ainda desafiados a participar num workshop sobre a criação de bonecas de massa tradicionais, atividade que foi muito bem aceite e concluída com uma ótima prestação por parte de todos. Para finalizar, seguiu-se um delicioso lanche e, como não podia deixar de ser, o cantar dos parabéns.

Um novo Centro em Santana

Águeda Almada - *Centro de Actividades Ocupacionais de Santana*

Continuando a sua política descentralizadora, a Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação (DREER) procedeu à abertura, no início do mês de maio, de mais um Centro de Actividades Ocupacionais (CAO), desta vez no concelho de Santana, pretendendo uma maior aproximação de jovens e adultos com necessidades especiais à sua comunidade de origem e uma melhor inserção no seu meio sociocultural.

Resultado da concretização da vontade conjunta da DREER, da autarquia e das famílias, o CAO Santana destina-se ao atendimento de jovens e/ou adultos com necessidades especiais, com idades a partir dos 16 anos, residentes neste concelho. Este centro localiza-se no edifício da Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-Escolar/Creche de S. Jorge e tem capacidade para atender cerca de 20 utentes sendo que, nesta primeira fase, o apoio está a ser prestado a 11 utentes.



Acompanhados por uma equipa multidisciplinar que atua no sentido da inclusão, os indivíduos apoiados desenvolvem um vasto conjunto de atividades com o objetivo de maximizar as suas capacidades, que os conduzem a uma maior autonomia e melhor participação na vida da comunidade a que pertencem.

Azul e Verde - Oceanos e Florestas

Revista *Diversidades*



O Centro de Maricultura da Calheta, da Direcção Regional de Pescas, organizou o Concurso de Artes Plásticas, com o tema *Azul e Verde - Oceanos e Florestas*. Esta iniciativa pretendeu realçar a importância da parceria existente entre os oceanos e as florestas, no equilíbrio climático do planeta.

Dos diversos participantes, os Centros de Actividades Ocupacionais (CAO) da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação destacaram-se de modo incontestável, arrecadando o 1.º e o 2.º prémio e ainda uma menção honrosa.

A tela *Natureza em Sintonia*, realizada com tintas acrílicas e finalizada com cascas e ramos de árvores pelos utentes do CAO São Pedro foi a vencedora do 1.º prémio. Em 2.º lugar ficou o trabalho *Sedimentos soltos da Natureza*, escultura criada apenas

com materiais da natureza e desperdícios, por utentes do CAO Pico dos Barcelos. O CAO Machico também foi agraciado com uma menção honrosa atribuída à pintura *Defensor dos Oceanos*.

Desporto Escolar Um Meio para a Inclusão

Jorge Silva - *Serviço Técnico de Educação para a Deficiência Intelectual*

Realizou-se, de 17 a 20 de maio, mais uma edição da Festa do *Desporto Escolar*, na qual participaram todas as escolas da Região do ensino regular e alguns alunos luso-descendentes, oriundos de várias partes do mundo. Este ano, o Serviço Técnico de Educação para a Deficiência Intelectual participou neste evento, com 18 alunos, tendo 14 participado na cerimónia de abertura, cujo tema foi “Rumo a uma família maior” - um espetáculo gímnico que ilustrou os 25 anos da entrada de Portugal na União Europeia.

O padrinho do nosso serviço foi o jogador de basquetebol do Clube Desportivo “Os Especiais”, Duarte Araújo, Campeão do Mundo.

As competições decorreram num ambiente de alegria e bem-estar por parte dos nossos alunos e de agradável convívio com os restantes, demonstrando a pertinência da nossa participação. No que toca aos resultados e objetivos delineados para todos os alunos participantes na Festa do *Desporto Escolar*, é importante referir que os elementos conseguiram cumprir

satisfatoriamente, e alguns com grande mérito, o que lhes havia sido pedido, merecendo obviamente destaque a prestação do aluno Ricardo Espírito Santo na natação (25m costas e bruços).

Resta-nos enaltecer e agradecer a atitude e o empenho de todos os nossos alunos que participaram nos ensaios e competições, sem esquecer o valioso apoio dos assistentes técnicos que nos acompanharam.



Arte Inclusiva 2011

Ester Vieira - Núcleo de Inclusão pela Arte

O Núcleo de Inclusão pela Arte (NIA) promoveu este ano uma série de ações no âmbito da Arte Inclusiva, focando-se nos grupos: Orquestra Juvenil da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação (DREER), Grupo de Danças e Cantares, Trio Musical *Essências*, Grupo de Iniciação ao Teatro, Grupo de Mímica e Teatro *Oficina Versus* e no conceito Arte na Rua.



A música inclusiva dos grupos referidos constituiu repertório com base em temas populares, ligeiros e até eruditos, sendo a sua programação assente em formatos de Apresentações Musicais (num contexto escolar ou institucional mais restrito), em Concertos Inclusivos (apresentados ao público em geral, em locais de espetáculo) e em Aulas Abertas (no próprio local da atividade, destinadas à comunidade, famílias, escolas e outra população da DREER).

O NIA concebeu, desenvolveu e promoveu ainda a Cerimónia de Abertura dos XIX Jogos Especiais e, nesse âmbito, concretizou o segundo Painel Mural, na Frente Mar de Machico (praia de areia), com o tema *Jogos Especiais*, integrado no programa do Município da Cultura 2011. Os Painéis Murais emergem do conceito Arte na Rua, um formato de Arte Pública que visa cruzar saberes, desempenhos e olhares sobre a expressão plástica, permutada entre artistas, pessoas com necessidades especiais (NE), alunos e outros intervenientes do cenário social.

O teatro inclusivo renovou o seu elenco com 13 no-

vos elementos oriundos do Serviço Técnico de Integração e Formação Profissional e Emprego Protegido de Deficientes e dos Centros de Actividades Ocupacionais de Santo António, Câmara de Lobos, Ponta do Sol, São Vicente e Machico. Num total de 23 atores, o Grupo de Iniciação ao Teatro e Grupo de Mímica e Teatro *Oficina Versus* tem em cena a sua nova peça *O Cavaleiro da Armadura Enferrujada*, de Robert Fisher, com dramaturgia e encenação de Duarte Rodrigues.

As Aulas Abertas são um formato recentemente adotado pelo NIA, perspetivando o treino intercalar dos grupos para as apresentações públicas, a melhoria contínua de competências e atitudes em palco e a sensibilização/informação da comunidade para as reais competências artísticas das crianças, jovens e adultos com NE e do repertório dos grupos artísticos em exercício no ano 2011.

Em todos estes formatos, o cumprimento da mesma missão - *promover a inclusão* - através das ferramentas, técnicas e mecanismos utilizados pela arte, num processo criterioso de iguais oportunidades criativas e de acesso ao meio cultural. Como meta almeja-se mudar a atitude social face às pessoas com NE. O valor acrescentado de cada uma destas ações será sempre imensurável, mas para os promotores está e estará sempre subjacente o desempenho qualitativo dos intervenientes, numa perspetiva de melhoria contínua.

Até à data, foram envolvidos mais de 1500 espetadores, não estando contabilizados os observadores da Arte na Rua.



Programa de Português Língua Segunda

Revista *Diversidades*

Tendo como referência os princípios que se encontram expressos na Lei de Bases do Sistema Educativo e nos documentos orientadores das políticas do Ministério da Educação, bem como nos documentos enquadradores do ensino especial, foi elaborado o programa de Português Língua Segunda (PL2) para alunos surdos, homologado pelo Despacho n.º 7158/2011, da Ministra da Educação, de 15 de fevereiro de 2011.

Este programa, que se destina a alunos surdos gestuantes que frequentam as escolas de referência de ensino bilingue para alunos surdos, foi elaborado a partir do pressuposto essencial do reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa (LGP) como a primeira língua do surdo, e da Língua Portuguesa escrita, e eventualmente falada, como segunda língua.

Trata-se de um programa pioneiro e inovador em Portugal e mesmo a nível internacional, concretizando o modelo de educação bilingue e bicultural, com base na equidade entre a LGP e a Língua Portuguesa escrita.

É então determinado que:

1 - O programa de Português Língua Segunda para alunos surdos entra em vigor nas escolas de referência de ensino bilingue para alunos surdos a partir do ano letivo 2011/2012, de acordo com o seguinte calendário:

a) 2011/2012, no que respeita aos 1.º, 5.º, 7.º e 10.º anos de escolaridade;

b) 2012/2013, no que respeita aos 2.º, 6.º, 8.º e 11.º anos de escolaridade;

c) 2013/2014, no que respeita aos 3.º, 9.º e 12.º anos de escolaridade;

d) 2014/2015, no que respeita ao 4.º ano de escolaridade.

2 - A carga horária a atribuir à disciplina de PL2 para alunos surdos é, em cada nível e ciclo de ensino, a estabelecida nos Decretos-Leis n.ºs 6/2001, de 18 de janeiro, e 74/2004, de 26 de março, nas suas redações atuais, para as disciplinas de Língua Portuguesa e Português.

“Game On”

Atividade de Proficiência Motora

Mónica Teixeira - *Divisão de Investigação em Educação Especial, Reabilitação e Sobredotação*



A Divisão de Investigação em Educação Especial e Reabilitação, em parceria com a Universidade da Madeira, a Associação de Basquetebol da Madeira e

o Clube Amigos do Basquete, desenvolveu a atividade de enriquecimento *Game On* - Atividade de Proficiência Motora. Esta iniciativa, destinada a crianças/jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos de idade, realizou-se na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Bartolomeu Perestrelo, no dia 28 de maio, e teve como principal objetivo proporcionar às crianças uma atividade de natureza psicomotora, de forma a fomentar o gosto pelo desporto.

No final da ação procedeu-se a uma avaliação, utilizando a bateria de *Bruininks-Oseretsky*, de forma a caracterizar o perfil psicomotor de cada criança. Pretende-se, igualmente, realizar um acompanhamento longitudinal deste grupo.



Certificação da DREER: do Sonho à Realidade...

Maria José Camacho - *Direcção Regional de
Educação Especial e Reabilitação*

A Secretaria Regional de Educação e Cultura viu reconhecido mais um organismo sob a sua tutela, com a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação (DREER), no âmbito da prestação de serviços de educação especial e reabilitação a crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, segundo a Norma NP EN ISO 9001:2008.

A entrega formal do Certificado de Conformidade, pelas mãos do Eng.º Hélder Estradas, da Associação Portuguesa de Certificação (APCER), decorreu no dia 17 de maio, nos jardins da Quinta Olinda e contou com a presença do Secretário Regional de Educação e Cultura, da Diretora Regional de Educação Especial e Reabilitação, de representantes de outras entidades públicas e privadas, bem como de colaboradores desta Direcção Regional. Este momento simbólico foi o culminar de um ano e meio de trabalho e, para que passássemos do sonho à realidade, moveram-nos e assumiram-se como determinantes:

- fatores de natureza externa (de que são exemplo as profundas transformações que a globalização tem ditado, nas últimas décadas, às sociedades da pós-modernidade, face ao imperativo de desencadearem, reconstruírem e reconceptualizarem a realidade e a imagem da prestação de serviços públicos de referência);

- e fatores de natureza interna (dos quais destaco: o passado histórico e pioneiro da DREER, a motivação dos seus trabalhadores, o seu empenho em evoluir e em redimensionar respostas atualizadas e eficazes, em conformidade com um passado-presente-futuro, pródigo em interpelações, conceitos, saberes, práticas, competências e desenvolvimento).

Estávamos conscientes de que a mudança era (é) difícil. Ainda assim, dispusemo-nos a acolhê-la,

embrenhámo-nos na espinhosa tarefa que nos esperava e embarcámos nesta aventura! Em todo este processo, o envolvimento dos trabalhadores foi crucial: das ações de sensibilização e formação em todas as equipas, à construção de matrizes de competências para todos, a necessidade de identificar, documentar, registar, demonstrar e valorizar, constituíram-se em determinação para o ultrapassar de medos, dúvidas, inquietações, cansaços e resistências, rumo ao domínio de novas tarefas e conhecimentos, bem como a um entusiasmado e renovado desempenho. Contribuíram, deste modo, para a emergência de uma visão organizacional, integrada e interagente de processos na DREER.

E, porque as pessoas são o âmago e a força motriz da “qualidade nos serviços”, a ocasião que hoje vivemos só foi possível graças ao esforço de todos, sem exceção, que abraçando este desafio, manifestaram elevados níveis de perseverança e tenacidade, face às exigências, aos obstáculos e às dificuldades...

Alcançada a certificação anteveem-se redobrados níveis de exigência, de responsabilidade e de compromisso com a Política da Qualidade.





JOGOS ESPECIAIS

Madeira 2011

Jorge Fernandes - Núcleo de Actividade Motora Adaptada

A Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação (DREER) organizou, entre os dias 30 de maio e 3 de junho, os XIX *Jogos Especiais* da Região Autónoma da Madeira.

A edição deste ano alcançou um novo recorde de inscrições, uma vez que o número de participantes foi de 1188, mais 150 do que no ano anterior.

Este crescimento dos *Jogos Especiais* refletiu-se também na cerimónia de abertura, onde mais de duas centenas de alunos e utentes da DREER encenaram um espetáculo artístico, de enorme beleza e que surpreendeu pela cor, grandeza e conteúdo. Este quadro artístico foi complementado pela participação de alguns convidados externos que, com o seu trabalho, deram ainda mais beleza a toda a cerimónia.

O calendário desportivo dos *Jogos*, a exemplo dos anos anteriores, foi constituído por atividades desportivas competitivas e recreativas.

Na vertente competitiva, o futebol despertou o maior interesse por parte dos participantes, mas outras modalidades destacaram-se pelos resultados obtidos, particularmente o atletismo e a natação, pelo número de recordes absolutos alcançados.

Destaque ainda para a canoagem, que teve pela primeira vez na história dos *Jogos Especiais* uma prova com caráter competitivo.

A completar o leque destas modalidades tivemos ainda o *goalball*, o *boccia* e o basquetebol.

No setor destinado às atividades recreativas, a grande expectativa centrava-se na realização das atividades de mar, que se estrearam nos *Jogos Especiais*, em substituição das atividades radicais, que durante longos anos marcaram presença no evento. Este dia de atividades em Machico acabou por ser do enorme agrado dos participantes, que puderam ao longo de um dia desfrutar de um passeio de barco e experimentar outras atividades tais como: canoagem, esgrima, capoeira, *bodyboard*, aeróbica, orientação e *bowling* adaptado.

Os circuitos de habilidades motoras e o circuito aquático foram as restantes atividades recreativas, as quais reuniram um número de participantes superior a três centenas.

O encerramento dos *Jogos Especiais* proporcionou, tal como a abertura, uma grande festa, onde os vencedores das modalidades de basquetebol, damas, dominó, canoagem e boccia, receberam as medalhas e taças referentes às suas respetivas vitórias. A cerimónia de encerramento serviu ainda para que o Clube Desportivo *Os Especiais* distinguisse alguns dos seus atletas que se destacaram em competições nacionais.

O brilho, a cor e a alegria foram as notas predominantes do desfile com todos os participantes dos *Jogos* e que serviu para encerrar este evento, que fica marcado na história como a maior edição de sempre.

Queremos aproveitar o momento para agradecer a todos os intervenientes neste evento - patrocinadores, colaboradores e participantes - por possibilitarem a realização desta Festa do Desporto, Igualdade e Inclusão.





Certificação Melhoria Contínua

Satisfação

Compromisso

Qualidade

Clientes

Ciclo PDCA

Processos

NP EN ISO 9001:2008



DREER

Motivação